

# PORANTIM

*Em defesa da causa indígena*

Ano XLIII • Nº 447 • Brasília-DF • Agosto 2022

## **SOB O OLHAR CONIVENTE DO ESTADO** Invasões de terras indígenas tiveram novo aumento, em contexto de violência e ofensiva contra direitos

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021 retrata agravamento das investidas contra os povos originários no Brasil, com ataques a direitos e desmonte dos órgãos de fiscalização e assistência

*Páginas 8 e 9*

A disseminação da história missionária e o resgate de documentos fundamentais sobre a “descolonização” das igrejas

*Páginas 3, 4 e 5*

Política de atenção à saúde indígena: caminhos em meio aos percalços

*Páginas 10, 11 e 12*



# Em consonância com o dia Internacional dos Povos Indígenas, repudiamos as violências perpetuadas e a omissão do Estado

Passados 34 anos da promulgação da Constituição de 1988, duas em cada três terras indígenas ainda estão com os seus processos de demarcação travados, deixando milhares de famílias expostas a todo tipo de violência e desproteção. Esse é o momento para reafirmarmos que o direito dos povos indígenas aos seus territórios é originário, como a sociedade brasileira determinou em nossa Constituição Federal, e assim superar de vez a falácia que tramita do Supremo Tribunal Federal, o marco temporal, que coloca em jogo o futuro de todos os povos indígenas e, com eles, o futuro de todos nós.

No dia 9 de agosto é comemorado o Dia Internacional dos Povos indígenas, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995. Logo em 2007, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Nessa declaração, são reconhecidos aos povos indígenas os seus direitos à autodeterminação, à luta pela melhoria das condições de vida e o respeito às suas culturas. Os direitos humanos dos povos indígenas são concebidos como primordiais e inalienáveis e vêm ao encontro de barrar os ataques de governos e do capital aos povos e seus territórios. O Artigo 3º diz: “os povos indígenas têm o direito à autodeterminação; em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e buscam seu desenvolvimento econômico, social e cultural”.

Apesar do avanço da declaração da ONU, que se soma à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Constituição do Brasil de 1988, ainda são muitos desafios e obstáculos para que os direitos dos povos indígenas sejam garantidos e efetivados. Por isso, comemorar ainda não é possível.

O Papa Francisco, em visita ao Canadá, pediu perdão ao se deparar com as atrocidades cometidas pelas classes dominantes, pelo governo com o respaldo da Igreja Católica, contra os povos indígenas daquele país. Trouxe a memória terrível da colonização e suas consequências que permanecem até os dias atuais, em especial o genocídio contra os povos originários.

No Brasil, onde se registra a maior diversidade de povos indígenas do mundo, a política de assimilação e integração do atual governo contra os povos indígenas é violenta, com todo o resquício colonial subalterno ao capital. Os povos indígenas são vistos como empecilhos ao desenvolvimento, portanto, por

essa lógica, devem ser eliminados e seus territórios abertos para a exploração, livre de quaisquer responsabilidades.

Situações graves que ferem os direitos humanos dos povos indígenas, da natureza, da terra, são verificadas e visibilizadas todos os dias, com a conivência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sem providências que possam, na prática, barrar as invasões dos territórios por garimpeiros, madeireiros, empresários de gado, grãos e energia. Essas invasões têm como resultados conflitos com assassinatos e criminalização de lideranças indígenas, de defensores de direitos humanos e até mesmo de servidores públicos.

Por isso, neste dia, os povos indígenas mostram, mais uma vez, sua capacidade de perseverança, de mobilização e de defesa irrestrita de seus direitos e de seus projetos de vida, que passam pela concretização e salvaguarda sem demora do direito originário aos seus territórios, como foi reconhecido na Constituição Federal do Brasil e no direito internacional.

A raiz do país é plural, mas a terra, onde essas raízes se mantêm vivas, está ameaçada, pois há extermínio deliberado de comunidades, de suas culturas e do meio ambiente. Para os povos indígenas, o território é o sustento do corpo e do sagrado. Cada palmo de terra é um pedaço da história, da cultura e do lar desses povos. A terra são eles e eles são a terra.

Aqueles que colocam o lucro acima da vida, continuam dizendo que as terras indígenas são um atraso para o setor produtivo brasileiro, mas esse é o ponto de vista de quem semeia ganância, garimpa exploração, colhe lucro e deixa pra trás uma conta escrita com fome, sede e sangue brasileiro. Onde gananciosos enxergam oportunidades, os povos indígenas enxergam direitos, onde eles vêm lucro, os povos indígenas veem história, onde eles semeiam a destruição, os povos indígenas colhem morada, o que eles chamam de marco temporal, os povos indígenas chamam de morte, o que eles chamam de propriedade, os povos indígenas chamam de casa.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) se solidariza com a luta e resistência dos povos indígenas de todo o mundo, em especial do Brasil, na consciência da necessidade da efetivação dos seus direitos, nos seus processos de organização política e de mobilização, como lutadores e defensores da terra, de todos os seres humanos e da natureza.

## Porantinadas

### A precariedade e o esvaziamento da Funai

Servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) reiteraram o alerta sobre a precariedade das condições de trabalho de indigenistas que atuam na frente de proteção a povos isolados no Vale do Javari, terra indígena localizada nas cidades de Atalaia do Norte e Guajará (AM). Em audiência na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados foi levantada a preocupação com o esvaziamento da fundação, que opera hoje com 46% dos cargos ocupados – 33% desse percentual já estão aptos para a aposentadoria. Atalaia do Norte é a região onde o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram assassinados, local que possui um número reduzido de servidores da Funai encarregados de fiscalizar diversas denúncias de prática de atividades ilícitas, como extração de minério e madeira, além da pesca predatória. (Fonte: Agência Câmara de Notícias)

### Representatividade indígena

Uma pesquisa do Inesc, realizada em parceria com o coletivo de análises estatísticas Common Data, revelou que o número de candidaturas auto-declaradas indígenas neste ano aumentou 32% em relação ao pleito de 2018. Enquanto naquele ano 130 candidatos dessa população se dispuseram a disputar as eleições para os cargos do legislativo estadual e federal, o número de candidaturas indígenas em 2022 chegou a 172 nomes. Proporcionalmente, os indígenas saíram de 0,47% para 0,62% no universo geral das candidaturas nos últimos 4 anos. Apesar de ser um percentual mínimo, vale ressaltar que, segundo o Censo habitacional do IBGE 2010, os indígenas representam meio por cento da população brasileira o que indica que esses povos estão representados nas candidaturas. A maior parte dos indígenas candidatos é de professores (12% do total), habitantes da região Norte do país (40%) e pretendem disputar vagas de deputado estadual (quase 60%). Das 172 candidaturas de pessoas indígenas 98 estão concentradas em partidos de esquerda com destaque para o PSOL (24) e para o PT (22). (Fonte: Inesc)

### Criminalização indígena em curso

O Cacique Marquinhos do Povo Xukuru do Ororubá, em 2003, vítima de uma emboscada que quase o matou, foi acusado e sentenciado em um processo injusto que, hoje, tirou-lhe o cargo de prefeito de Pesqueira. O cacique venceu as eleições de 2020 com 51,6% dos votos válidos, desbancando o grupo político que se revezava no poder ao longo de décadas, quebrando enfim a tradição oligárquica da cidade e se tornando o primeiro prefeito indígena do Nordeste. Chegado o processo de impugnação da candidatura, Marquinhos venceu novamente, mas veio a recorrida da sentença que, num voto de minerva sem nenhuma fundamentação técnica, decretou a impugnação das eleições. A liderança indígena mais uma vez foi silenciada e criminalizada, mas fica o questionamento feito pelo Povo Xukuru do Ororubá em nota: “quem tem medo do Marcos Xukuru? (...) Não foi agora que poderíamos dizer que estaríamos definitivamente livres das manobras do grupo político que aprisionou a Terra da Graça nos últimos anos. [Mas] o Povo Xukuru jamais baixou a cabeça diante de injustiças. E o povo de Pesqueira já deu seu grito de liberdade”.

### DIA INTERNACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS





# A disseminação da história missionária e o resgate de documentos fundamentais sobre a “descolonização” das igrejas

Regina Reinart dá voz a documentos de 1968 que foram base da renovação missionária indigenista no Brasil e que contribuíram para a formação do Cimi; tais documentos, da época da ditadura militar, foram trazidos pela teóloga de maneira inédita para o contexto alemão

Por **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Os caminhos que precedem a prática missionária atual, bem como os esforços para uma “descolonização” mais forte da Igreja Católica, foram relatados pela teóloga Regina Reinart em seu livro – e tese de doutorado – intitulado “O Sínodo para Amazônia como uma chance e um desafio para a missão: o imperativo da proteção ambiental, o empoderamento dos povos indígenas e o fortalecimento de igrejas indígenas locais”. A publicação, editada em alemão, trouxe um resgate de vários documentos de difícil acesso como o “Documento de Morumbi”, de 1968, sobre a presença da Igreja entre os povos indígenas, o Diretório Indígena de 1969 e uma troca de cartas entre o Papa Francisco e o Bispo dos Munduruku, Wilmar Santin.

O “Documento de Morumbi”, em especial, “é a base de toda a renovação missionária indigenista da Igreja Católica e desembocou na formação do Cimi”, revelou o padre José Moura e Silva em seu artigo publicado no Informativo nº 327 da Companhia de Jesus, em maio de 1996. Tal documento, que precede a ditadura militar, foi traduzido para o contexto alemão, de maneira inédita, assim como todo o testemunho da fé de figuras importantes como Egidio Schwade, Thomaz de Aquino Lisboa, Vicente Cañas.

“É uma conquista e digo isso humildemente. Eu resgatei esses documentos nas bibliotecas, nos arquivos, nos escritos do Paulo Suess [o assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário], no diálogo com o Cimi Regional Mato Grosso, Pará e Nacional respectivamente. Sempre tive o desejo de me aprofundar. Uma coisa é elaborar um projeto de cooperação internacional e outra coisa é entrar numa pesquisa sobre um dos muitos povos, entendendo melhor o que está acontecendo no território. Como teve o Sínodo para a Amazônia, decidi fazer uma pesquisa com enfoque no povo Munduruku. Para mim a questão foi: tem que ter um antes e um depois deste Sínodo. Peguei o povo Munduruku e fiz essa pesquisa, que se tornou um mutirão como vocês dizem no Brasil”, explicou Regina Reinart, sobre a criação do livro.

Regina Reinart, natural da região de Trier, na Alemanha, é bacharel em Teologia e Antropologia Cultural pelo Instituto Missionário “Kimmage”, na Irlanda, mestre em Teologia, com especialização em Missiologia, pelo Instituto de Estudos Superiores, em São Paulo, e doutora pela Faculdade Filosófica-Teológica de Sankt Augustin.

A teóloga trabalha desde 2013 como consultora da organização internacional Misereor, entidade da igreja católica na Alemanha que há mais de 60 anos atua na cooperação para o desenvolvimento e promove ações contra a desigualdade social em países da África, Ásia e América Latina.

Reinart é encarregada de projetos no Brasil, do Departamento América Latina da Misereor, onde é responsável, entre outras coisas, pelos projetos na Amazônia brasileira, ao qual leva toda sua experiência missionária e sua “posição da escuta, de convivência, de beber da fonte dos



Regina Reinart, consultora da organização internacional Misereor

povos indígenas, de estar presente”, conforme destaca a teóloga ao Porantim. Na ocasião, a teóloga apontou também a necessidade da luta contra as investidas nos territórios indígenas, do posicionamento na defesa da causa dos povos tradicionais. “Basta, chega de genocídio! Precisamos de um governo e de uma política que pare com o genocídio, com o desmatamento e com a invasão dos territórios indígenas. Os povos indígenas têm os seus direitos e esses direitos precisam ser respeitados e defendidos. Precisamos defender os territórios e respeitar as leis que existem”, frisou.

## “Misereor está no DNA do Cimi e vice versa”

Desde a fundação do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, em 1972, que a Misereor apoia os projetos da causa indígena aqui no Brasil, segundo Regina Reinart. Essa parceria abriu os caminhos para que a teóloga pudesse se aprofundar na atuação com os povos originários e ressignificar o objetivo da missão. “Estamos na luta e continuamos lutando também enquanto Igreja

Católica. Estamos dando à Igreja um rosto diferente, único, que precisa ser marcado, que precisa ser comunicado, isso é importante. A Misereor e Cimi estão unidos mutuamente um no DNA do outro. Desde a fundação do Cimi que a Misereor apoia os projetos aqui no Brasil. Os povos indígenas, os mais de 305 povos, são de suma importância para nós, para o meio ambiente, para a preservação da natureza e da diversidade cultural. Tudo isso é uma grande preocupação para nós da Misereor”, frisou Reinart.

“A violação dos direitos humanos, o agronegócio e o genocídio dos povos indígenas são temas que discutimos com nossos parceiros no Brasil. Misereor é isso: lutamos contra o agronegócio, promovemos a vida plena no sentido do Bem Viver, isso é Misereor”, explicou Reinart.

Sobre a parceria com o Cimi, a teóloga lembrou também dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Indigenista e das inúmeras publicações da entidade que, para ela, são muito mais que fonte de informações. “Eu tenho um xodó pelo jornal Porantim. É um jornal que o ano todo nos traz atualizações, reportagens, retratos, notícias... pra mim é uma fonte. Tanto o Relatório anual

Foto: Hellen Loures/Cimi





→ de Violências quanto o jornal são fontes de pesquisa que nos atingem lá na Europa e em tantos outros lugares. São pontos de referências e não somente um instrumento de incidência política em nível internacional. É uma fonte de conhecimento, de denúncias, de casos emblemáticos”, destacou.

No Brasil, além do Cimi, a Misereor apoia atualmente cerca de 230 projetos de organizações como a Opan (Operação Amazônia Nativa), CTI (Centro de Trabalho Indigenista), IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), Cáritas Brasileira, CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) etc. “O ideal é um mundo em que todos podem participar na construção da comunidade, em que a diversidade cultural é reconhecida e promovida e em que a igualdade é realizada. Todos estes são os objetivos superiores que, entre outros, são perseguidos no planejamento dos projetos. Misereor é também uma organização que aprende, que dialoga e que acompanha solidariamente os seus parceiros. Deste modo estabelece-se um intercâmbio permanente, caracterizado por confiança, espírito crítico e disposição para a aprendizagem”, texto que integra a missão e os objetivos da Misereor.



Encontro com mulheres indígenas na sede do Cimi Regional MT

### O “Documento de Morumbi”

Em 21 de fevereiro de 1968, ocorreu em São Paulo, no Morumbi, o 1º Encontro de Pastoral Indigenista sobre a presença da Igreja Católica junto às populações indígenas, onde se editou o “Documento de Morumbi”. Na época, o processo de aniquilação dos povos originários estava a pleno vapor e a ação missionária dava pequenos passos para abandonar as práticas catequizadoras, buscando assumir o modelo debatido na Conferência de Medellín, que aconteceu também em 1968. Um ano antes, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A nova organização, entretanto, deu continuidade às atrocidades conduzidas pelo SPI, perpetuando o projeto de dissolução dos modos de vida dos povos.

Segundo artigo publicado no Informativo nº 327 da Companhia de Jesus, em maio de 1996, de autoria do padre José Moura e Silva, o “Documento de Morumbi” foi a base da renovação missionária indigenista que culminou com a criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972. Ele explica que foi o também padre Adalberto Holanda Pereira que editou o diretório indigenista para a Missão do Diamantino – um conjunto de

propostas aos missionários que trabalhavam nas aldeias atendidas pela prelazia -, e ainda promoveu, junto com o então Secretariado Nacional de atividade missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Seminário Missionários – Antropólogos, em conjunto com o 1º Encontro de Pastoral Indigenista, o chamado de 1º Encontro sobre Presença da Igreja nas Populações Indígenas, onde se editou o “Documento de Morumbi”.

Naquela época, a necessidade de mudança da política indigenista da Igreja junto aos indígenas foi apontada pelo Concílio Vaticano II (1965), pela II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Medellín, Colômbia (1968) e pelo 1º Encontro sobre Presença da Igreja nas Populações Indígenas (1968).

Em março de 2021, Egidio Schwade, um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário, falou sobre o assunto em entrevista elaborada por Roberto Antonio Liebgott (Cimi) e Rodrigo de Medeiros Silva, da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap), que compõem o Fórum Justiça no Rio Grande do Sul.

“Os missionários indigenistas se sentiram marginalizados [após a Conferência de Medellín]. Diante das

reclamações, o Secretariado Nacional de Atividade Missionária (SNAM), da CNBB, convocou a reunião de missionários indigenistas realizada em Morumbi 02/1968. Lá, presenciei fortes discussões. Uma delas, entre um Salesiano e um Dominicano, me projetou luz sobre como enfrentar futuras situações. Em meio a uma acalorada discussão, o Salesiano, professor de universidade, esbravejou: “E onde fica então, a nossa obediência religiosa?” E o franzino Dominicano, missionário no Araguaia, respondeu: “Obediência, sim, mas obediência criativa!” Me lembrei de Pedro que há 2.000 anos escreveu: “É preciso obedecer antes a Deus que aos homens.” Havia necessidade de mudanças radicais na rotina missionária da Igreja. De volta em São Leopoldo, na Teologia, discutimos muito o assunto e, no ano seguinte eu criei no Sul a OPAN-Operação Anchieta, hoje Operação Amazônia Nativa, garantindo duas perspectivas novas para a política indigenista da Igreja do Brasil. A primeira inaugurou um novo modelo de presença missionária, não doutrinação, mas encarnação nas aldeias. A segunda garantiu novas forças, o vinho novo, para os odres novos que surgiam, agora com presença criativa, ágil, sem fronteiras polí-

**Assine o**  
**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA



adm.porantim@cimi.org.br

Whatsapp (61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul

Brasília-DF – CEP: 70.393-902

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



ticas ou eclesíásticas e encarnada na realidade dos povos indígenas, esfacelados por todo o território brasileiro”, recordou Schwade.

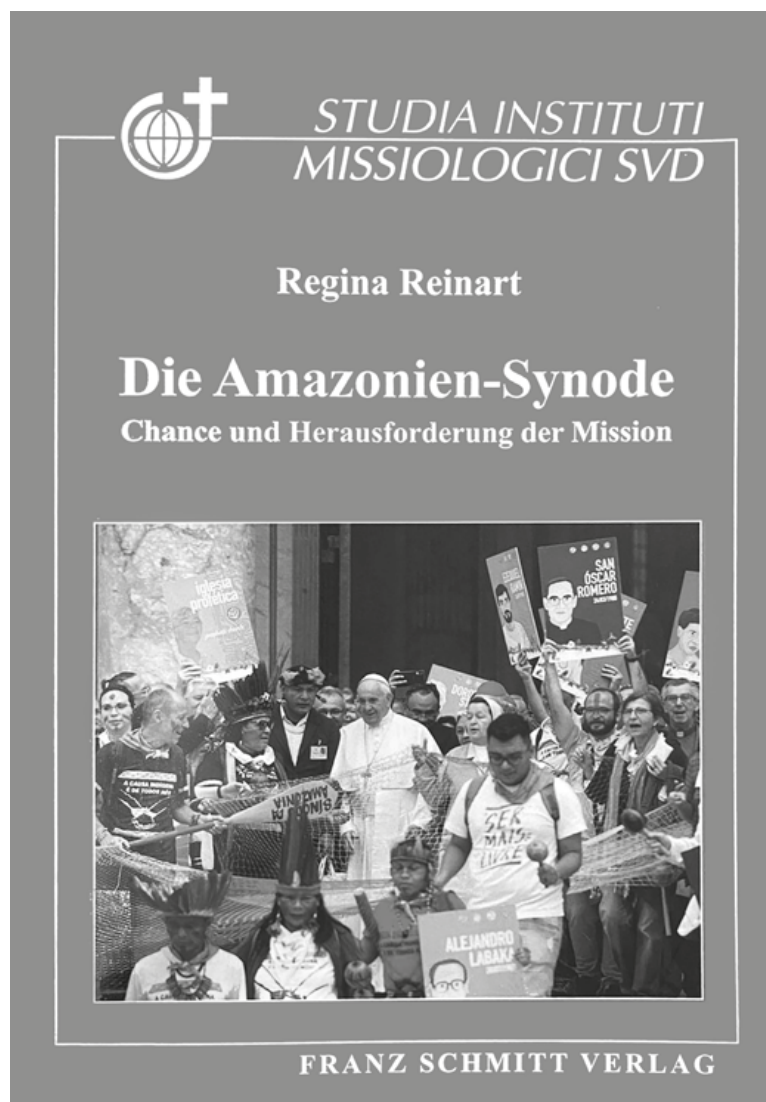
Segundo Benedito Prezia – em seu livro “Caminhando na Luta e na Esperança: Retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do Cimi” -, o 1º Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas – realizado no Colégio Santo Américo, no Morumbi/SP, trouxe um aceno de colaboração da Funai que culminou na solicitação do órgão por uma assessoria do jesuíta Antonio Iasi Jr e, ainda, na indicação dos nomes de Dom Tomás Balduino e padre Ângelo Venturelli para integrarem do Conselho Indigenista da Funai. De acordo com a publicação, outras iniciativas também ocorreram, como a realização, em Brasília, em 1969, do 1º Simpósio Indigenista entre a Funai e Missões Religiosas.

Prezia relatou ainda alguns dos trechos do relatório final do 1º Encontro de Pastoral Indigenista (1968), que destacava o respeito a cultura de cada grupo indígena e a procura por aculturar-se a ele, fomentando no índio o orgulho de sua origem e de sua raça. O documento trouxe também a necessidade do estudo de antropologia e linguística, bem como cursos de preparação para os missionários e coordenação da pastoral indígena, segundo o autor. “Esse vai ser um dos pontos polêmicos que marcará os primeiros anos da vida do Cimi – colaborar ou não com o Estado. Convém dizer que a Funai nasceu sob o signo da defesa dos povos indígenas, tendo como seu primeiro presidente um civil muito bem-intencionado, o Dr. José Queirós Campos”, relatou Prezia.

## O livro “O Sínodo para Amazônia como uma chance e um desafio de missão”

O livro de Regina Reinart faz uma reflexão mais forte sobre o conceito de missão e traz ao debate a questão do desenvolvimento da Igreja pós-colonial (e pós-sinodal) que segue a caminho da conversão social, cultural e ecológica. A teóloga mostra os desafios da missão junto aos povos indígenas, fazendo uma comparação do documento final do Sínodo para Amazônia e da exortação *Querida Amazônia*, seguida por uma referência à importância mundial do Sínodo. A autora oferta ainda inúmeras entrevistas de pessoas que atuam na região amazônica e de missionários que lidam diariamente com a causa indígena, trazendo para o contexto alemão os esforços para uma “descolonização” mais forte na Igreja Católica.

O trabalho de Reinart consiste em cinco capítulos, os dois primeiros, delineiam o quadro antropológico, cultural e político, contextualizando os direitos indígenas e analisando as abordagens missionárias do passado e do futuro. Usando o exemplo do povo Munduruku, a teóloga descreve ainda os desafios atuais dos povos indígenas, sua visão de mundo,



Capa do livro de Regina Reinart: “O Sínodo para Amazônia como uma oportunidade e desafio de missão”

linguagem, conceitos de comunidade e meio ambiente, bem como a imagem de Deus e suas cosmologias.

O segundo capítulo trata da legislação brasileira e a realidade atual dos povos indígenas, com foco na questão territorial: demarcações e autodemarcações. Reinart também descreve em detalhes os diversos atores políticos nacionais (p. ex. Funai, Incra e Ibama) e internacionais que defendem os direitos dos povos indígenas na região amazônica.

O terceiro capítulo da tese de doutorado é dedicado à discussão central entre inculturação e aculturação e a polêmica nas relações diretas com os indígenas, por meio da prática missionária da Igreja Católica. É aqui que a pesquisadora Reinart utiliza, pela primeira vez, o “Documento de Morumbi” e o Guia Diretório Indigenista, destacando

as atividades de Hugo Mense, Geneviva Helena Boyé, Thomaz de Aquino Lisboa e Vicente Cañas Kiwxi.

Em seguida, Regina Reinart analisa os documentos das Assembleias Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe desde Medellín, em 1968, no que diz respeito às suas declarações sobre proteção ambiental e indígena. A teóloga aborda também as reuniões locais dos bispos amazônicos, bem como encíclicas relevantes e exortações apostólicas.

No quarto capítulo a autora descreve a exortação apostólica *Evangelii Gaudium* e a encíclica *Laudato Si’* escritas pelo Papa Francisco com o propósito de destacar os principais aspectos relacionados ao magistério Social da Igreja, dando profundo destaque a opção pelos pobres e pela busca a justiça social, por meio, inclusive, de uma perspectiva de ecologia integral que enfatiza a necessidade do cuidado com a casa comum. O capítulo traz ainda uma troca de cartas entre o Bispo de Itaituba, Dom Wilmar Santin, bispo dos Munduruku, e o Papa Francisco. Posteriormente, é examinado o extenso processo de consulta que precedeu o Sínodo, incluindo o renovado Pacto das Catacumbas. Reinart analisa e compara ainda o documento final do Sínodo e a exortação papal *Querida Amazônia*.

No quinto e último capítulo, ela desenha as consequências para a missão, frisando a amplitude que o Sínodo para Amazônia dá para uma prática missionária alterada. Além disso, a autora traz a questão de um ministério eclesial para as mulheres.

“No quinto capítulo eu trago a importância de se ter um diálogo sul-sul com enfoque nos povos indígenas e nas ameaças que eles estão sofrendo, porque praticamente [quase todos] os problemas nessas regiões de florestas tropicais são o mesmo: garimpo, mineração, desflorestamento, a questão da água, a questão da demarcação da terra, dos direitos a terra, dos direitos econômicos, sociais e culturais e assim se vai. Então é uma coisa importante. E, como minha dissertação de doutorado enfoca o povo Munduruku, eu também trago um pouco os passos da homologação e uma análise dos últimos 20 anos, de quantas terras foram desmarcadas até realmente quantas foram reconhecidas como terra indígena e vemos então a situação crítica em qual o país se encontra. É uma contribuição para dizer: estamos na luta”, conclui.

### Resumo traduzido para o português do “O Sínodo para Amazônia como uma chance e um desafio para a missão: O imperativo da proteção ambiental, do empoderamento dos povos indígenas e o fortalecimento de igrejas locais indígenas”, por Regina Reinart

O fato de tudo estar interligado é demonstrado pela região amazônica rica em espécies, cuja existência está ameaçada, sobretudo devido à situação política nos nove países vizinhos da América do Sul. A grilagem, o agronegócio em constante expansão e uma extração sem controle de matérias-primas caracterizam a região com mais de 300 povos indígenas. Os climatologistas assinalam que pontos críticos – uma vez atingidos – significam não somente a destruição da floresta tropical, mas também alterações climáticas irreversíveis e o Ecocídio desta biodiversidade única. Com a sua atitude anti-indígena, o atual Governo brasileiro até aceita um etnocídio.

As exigências de proteção da floresta tropical e da sua população não deixam sequer intocada a teologia da missão. O apelo a uma ecologia integral e a uma Igreja

com rosto amazônico tornou-se claro com o Sínodo para a Região Pan-Amazônica realizado em Roma, em outubro de 2019. O Sínodo está no centro desta dissertação. Tanto a situação legal do Brasil em relação aos povos indígenas como os principais atores da Igreja local são apresentados e finalmente colocados no contexto global e da Igreja mundial. Os povos autóctones e a sua luta pela sobrevivência são exemplificados pela etnia dos Munduruku. As atividades missionárias são resumidas até ao início do século XX. Os estudos antropológicos e linguísticos, bem como a apresentação da cosmologia dos Munduruku, permitem uma referência prática à parte teórica dos documentos sinodais.

Pela primeira vez em alemão, são apresentados textos fundamentais dos últimos 50 anos, bem como uma correspondência entre o Papa Francisco e o Bispo dos Munduruku, Dom Wilmar Santin. Também estão incluídos os testemunhos de figuras de destaque como o missionário Hugo Mense e o mártir Vicente Cañas, assim como vozes atuais, experientes e críticas.

Os documentos papais centrais desde *Evangelii nuntiandi* à encíclica *Laudato si’*, bem como os textos do episcopado

latino-americano e da Igreja na Amazônia brasileira são sistematicamente examinados no que diz respeito à proteção ambiental, aos povos indígenas e à inculturação. Após uma comparação do documento final e da exortação *Querida Amazônia* segue-se uma referência ao significado mundial do Sínodo, especialmente para regiões com ecossistemas semelhantes, como a Bacia do Congo em África e a região do Bornéu na Ásia. A Igreja Católica terá que assumir o desafio da opção pela criação e pelos povos indígenas, fiel ao mandato do Sínodo da Amazônia.

Percorrer novos caminhos na Igreja significa não somente qualificar-se no domínio do trabalho de *lobbying* e advocacia, mas também estabelecer um diálogo construtivo com as teologias indígenas. O desenvolvimento de um rito amazônico com a participação sobretudo dos povos indígenas continua a ser a principal tarefa da Igreja Amazônica pós-sinodal, no caminho da conversão – social, cultural, ecológica e sinodal – nesta “Casa Comum”.

**Palavras-chave:** Amazônia, povos indígenas, ecologia, sinodalidade, inculturação, interculturação, missão



# Lutas, espiritualidade e resistência

Povos indígenas do Regional Leste, de forma inédita, levaram suas lutas, espiritualidade e resistência para um evento paralelo à 45ª Romaria da Terra e das Águas. Após o Encontro dos Povos, as 180 lideranças indígenas da Bahia e de Minas Gerais se juntaram aos mais de cinco mil fiéis que percorreram em procissão as ruas de Bom Jesus da Lapa; com muito protagonismo, os povos originários assumiram de forma propositiva os espaços e demonstraram todo o acúmulo de lutas que carregam

Por Nívea Dias e Cimi Regional Leste

A sensação de acolhimento marcou a 45ª Romaria da Terra e das Águas, realizada do dia 1º a 3 de julho, em Bom Jesus da Lapa/BA, quando cerca de cinco mil pessoas compareceram ao evento. Organizado a partir do tema: “Ouvir e caminhar juntos: somos povos da terra e das águas!”, o encontro possibilitou ainda inúmeros debates realizados pelo Cimi Regional Leste, num evento paralelo de Encontro dos Povos realizado no dia 1º de julho, reunindo 180 lideranças indígenas, representantes de 16 povos espalhados nas regiões do oeste, sul e extremo sul da Bahia e norte, leste e nordeste de Minas Gerais.

Por meio do protagonismo dos indígenas, que assumiram de maneira propositiva os espaços e demonstraram todo o acúmulo de lutas que carregam, temas essenciais e urgentes à sobrevivência dos povos originais e tradicionais da região foram pautados, como o enfrentamento ao marco temporal, a demarcação imediata das terras indígenas e quilombolas e o fim do genocídio indígena. Na ocasião, houve um forte apelo social aos temas colocados em discurso.

Tal interação permitiu que, pela primeira vez, os indígenas participassem de forma organizada do evento paralelo à Romaria, representados em todas as plenárias de forma a vislumbrar meios de mobilização e resistência, como por exemplo, o engajamento pela retomada da votação da repercussão geral, uma luta contra a tese do marco temporal, tese defendida pelo governo federal e seus aliados que propõe o reconhecimento somente das terras ocupadas pelos povos originários na data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O encontro reuniu os povos da Bahia: Kiriri de Barreiras, Kiriri de Muquém de São Francisco, Tupinambá de Olivença, Pataxó HãHãHãe, Pataxó, Fulni-ô, Atikun, Pankarú; de Minas Gerais: Kiriri de Caldas do Sul de Minas, Xacriabá, Pankararu, Maxakali, Mokuriñ. “O Cimi vem ajudando a buscar o melhor para o nosso povo. Foi uma reunião muito positiva, pude reencontrar parentes que não via há algum tempo, como os Maxakali e os Xacriabá. Este diálogo foi muito rico e a partir dele estamos formando uma rede com o mesmo objetivo, independente da religião”, aliviou o cacique Zé Frágoso Pataxó.

Após o evento paralelo, numa demonstração de fé, devoção e resistência, carregando faixas que denunciam a grave situação de violação dos direitos que vêm sendo submetidos desde que teve início o atual governo, os indígenas se juntaram aos demais fiéis e percorreram em procissão as ruas de Bom Jesus da Lapa. “É preciso que o país seja devolvido ao povo brasileiro”, afirmou o Bispo dom Luiz Flávio Cappio, da Diocese de Barra, na abertura da cerimônia.



Fotos: Nívea Dias

Para o coordenador do Cimi Regional Leste, Haroldo Heleno – que acompanha a luta dos povos indígenas da Bahia, Minas e Espírito Santo –, o encontro foi um momento muito rico de troca de experiências, lutas e espiritualidades. “Eles são inspiração para todas as guerreiras e os guerreiros que estão aqui, tanto no aspecto da luta quanto do ponto de vista da espiritualidade. A romaria é um espaço de refletir a espiritualidade para além das religiões. Tanto é que temos a presença de diversas denominações religiosas cristãs e não cristãs, como as próprias espiritualidades indígenas que aqui se fazem presente”, disse o coordenador. Os povos indígenas, em sua avaliação, foram muito certos em suas intervenções, apresentação de propostas e exemplos de luta.

## Evento paralelo pela “luta e resistência por terra e território”

Partindo da reflexão – Somos luta e resistência por Terra e Território – a plenária “Terra e Território”, do evento paralelo, coordenada e assessorada pelo Cimi, além dos indígenas, teve a participação de ribeirinhos, quilombolas, fundos e fechos de pastos, lutadores e lutadores do campo e da cidade, entidade de apoio e movimentos sociais. Na oportunidade, a plenária homenageou Maicon Pataxó, escolhendo-o como patrono.

O jovem faleceu no ano passado, aos 27 anos, em consequência de uma pneumonia contraída durante a estadia em Brasília, quando cerrava fileiras na luta pela garantia de seu território contra o marco temporal. “Meu filho foi um guerreiro e essa homenagem é uma forma de libertar a imagem que a gente ficou dele, preso a uma cama em sofrimento no hospital”, afirmou o pai Carlos José Silva Conceição.

A luta do Maicon lembrou o Cacique Zé Frágoso, é a luta do povo Pataxó que está aqui nesta terra há 522 anos resistindo. Marclei Pataxó, amigo de Maicon, em um depoimento emocionado relatou o processo de violência contra os povos, ressaltou dados do Relatório de violência do Cimi e destacou a quantidade de jovens assassinados na região do extremo sul da Bahia.

O jovem Bruno Tupinambá aproveitou a ocasião para reverenciar as memórias do sertanista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips, brutalmente assassinados na Amazônia, no crime que recentemente chocou o mundo. A solidariedade foi empenhada aos parentes na luta dos povos Guarani, Kaiowá no Mato Grosso do Sul, Pataxó no extremo sul da Bahia, povo Potiguara, que recentemente ocupou uma área no oeste da Bahia e de seu próprio povo, o Tupinambá de Olivença.



## Sobre a Romaria

A Romaria foi organizada pelas Dioceses de Bom Jesus da Lapa, Barra, Barreiras, Irecê, Caitité, Jequié, Arquidiocese de Vitória da Conquista, Santuário do Bom Jesus, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário – Regional Leste (Cimi) e Pastoral da Juventude do Meio Popular. Já o evento paralelo, que antecedeu a Romaria, foi promovido pelo Cimi Regional Leste com a participação dos indígenas e com o apoio da Cáritas Alemã e Misereor, além da participação de entidades parceiras, como a Ajudar a Produzir Juntos (APJ), Caritas da Diocese de Teófilo Otoni.

Em sua 45ª edição, depois de dois anos suspensa presencialmente por conta da pandemia, a Romaria trouxe como tema: ‘Ouvir e caminhar juntos: somos povos da terra e das águas!’. E como lema: “Jesus se aproximou e começou a caminhar com eles”.







### A Via Sacra e a devoção da peregrinação

Realizada no segundo dia de Romaria, a Via Sacra emocionou os romeiros e romeiras e continua a emocionar quem assiste as cenas da celebração. A devoção dos participantes no trajeto entre o Santuário de Bom Jesus da Lapa e a Igreja de Bom Jesus dos Navegantes e principalmente as paradas, que simbolicamente representam a condenação, morte e ressurreição de Jesus Cristo, foram pontos fortes da Via Sacra.

Em analogia ao sofrimento do filho de Deus, a saga dos povos originários e tradicionais foi citada e a triste lembrança da violência perpetrada recentemente contra os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e os Pataxó, no sul da Bahia, foi destaque do clamor dos indígenas por justiça, para que novos crimes sejam evitados em defesa da vida dos povos originários.

Ao final do encontro, os representantes indígenas de diferentes povos se comprometeram a unir forças na luta, espalhando uma mensagem de esperança, ânimo e crença a todos que estão resistindo na linha frente das batalhas. Eles concluíram que para enfrentar os desafios atuais é urgente e necessária a formação de novos quadros de lideranças, priorizando a juventude em todos os aspectos. Outro ponto observado diz respeito ao trabalho de conscientização da sociedade quanto à gravidade do quadro atual e a importância da luta dos povos indígenas com a garantia de proteção das florestas e das águas.

### Compromisso final no fortalecimento das lutas conjuntas

Finalizadas as plenárias “Terra e Território”, “Fé e Política”, “Rio São Francisco e outras bacias”, “Juventude em marcha” e “o direito da criança”, uma carta final da Romaria, um encontro de luta, foi redigida e vários compromissos assumidos, entre eles, o de que “a luta dos Povos Indígenas deve ser a luta de todos nós”.

Inspirados na mensagem da Campanha da Fraternidade, “Fala com Sabedoria ensina com o amor”, a carta destaca que a romaria foi um encontro de diálogos e de celebração pela vida dos presentes que vem sobrevivendo a esse projeto de morte, destruição e de profunda exploração contra os marginalizados da terra. Nela, também é frisado que o governo “legítima e aprofunda o genocídio do nosso povo, dos biomas, territórios”, não havendo outra alternativa que não seja a organização profética do povo para a transformação integral da atual sociedade.

## Carta da Lapa

Após dois anos sem o encontro presencial, cerca de cinco mil romeiras e romeiros vindo das comunidades eclesiais, organizações sociais e populares das dioceses do Centro-Oeste, Centro-Norte, Sul e Extremo Sul e Sudoeste da Bahia, Norte e Nordeste de Minas Gerais puderam se reencontrar entre os dias 01 e 03 de julho de 2022 na 45ª Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa – BA. O encontro celebrou, refletiu, animou e organizou este ano a partir do tema: “Ouvir e caminhar juntos: somos povos da terra e das águas!”

Celebramos pela vida dos presentes que em luta vem sobrevivendo a esse projeto de morte, destruição e de profunda exploração contra os marginalizados da terra. Celebramos também por aqueles que em comunhão com a nossa caminhada estão em sintonia com a nossa esperança, por um reino de abundância e liberdade, e que por diversas circunstâncias não puderam está presente, mas que seguem fortalecendo o compromisso de construção da casa comum. Assim fazemos memória das milhares de vidas populares vítimas da política fascista e neoliberal em curso, entre as quais, inúmeros/as companheiros/as que doaram a sua vida a um projeto de liberdade e que sempre fizeram da Romaria um encontro de luta.

Refletimos que a crise histórica que nos acompanha corresponde ao projeto que vem sendo liderado por uma classe dominante que tem como centralidade a acumulação de capital a partir do uso permanente da violência e exploração do povo e da natureza, expressando na política brasileira em um governo de caráter fascista que legítima e aprofunda o genocídio do nosso povo, dos biomas, territórios. Não havendo outra alternativa que não seja a organização profética do povo para a transformação integral da atual sociedade com vista a uma caminhada popular e de solidariedade.

Inspirado na mensagem da Campanha da Fraternidade, “Fala com Sabedoria ensina com o amor”, a romaria mais do que nunca foi um encontro de diálogos. Esse exercício se torna essencial nesse momento considerando a atual realidade enfrentada pelo povo no mundo, exigindo diversos diálogos dos povos que, como ao longo da história, conseguiram aprender e encontrar saídas nos períodos de longa adversidade quando munidos dos ensinamentos dos antepassados, aprendendo com o presente e sem perder a moral histórica de manter fiel ao anúncio da boa nova.

É sob os diversos olhares carregados de esperança e após três dias de trocas de experiências que assumimos e anunciamos os compromissos dos cinco plenarinhos que reforçam e iluminam a permanente caminhada de luta:

### Fé e Política

Assumir a igreja povo de Deus, a partir das comunidades eclesiais de base, que integre fé e política, compromisso com a transformação social, atendendo ao apelo do Papa Francisco – “ser igreja dos pobres para os pobres” – como resposta aos apelos do evangelho. Resgatar a dimensão profética na denúncia de tudo que destrói a vida, na mobilização permanente dos empobrecidos pelo capitalismo, na acolhida às diversidades no combate ao racismo e patriarcal, defendendo a fé como compaixão de compromisso,

na promoção do bem-viver e na prática de uma ecologia integral, resgatando o sentido de ser evangélico-cristão fiel ao projeto de Jesus Nazaré.

### Juventudes

Retomar as atividades dos grupos de base, buscando a rearticulação e o fortalecimento, o engajamento político em defesa dos direitos das juventudes empobrecidas, intensificando também as campanhas solidárias, os atos em defesas do meio ambiente, a reivindicação por políticas públicas, que efetivem o direito a saúde mental, educação, moradia, trabalho e renda para todas as juventudes.

### Terra e Território

Apostar, fortalecer e desenvolver lutas conjuntas no campo/cidade através de redes, teias, fóruns, investidos ainda mais no trabalho de base, favorecendo a formação global e continuada de novos quadros, revertendo o processo de criminalização das lutas e das lideranças, visando derrubar o projeto de morte implantado no país. O plenarinho assumiu como compromisso que a luta dos Povos Indígenas deve ser a luta de todos nós. Crianças partilhar o que refletimos no encontro da catequese, na escola, e em nossas famílias que não devemos poluir os rios, não jogar coisas na rua e sim no lixo. Em nossa comunidade plantar e cuidar das árvores; não destruir as florestas; ajudar nossos pais no plantio de legumes, verduras e frutas. Amar o planeta em que vivemos.

### São Francisco e outras bacias

Reprodução e divulgação da Carta ao povo da Bacia do Rio São Francisco e das outras bacias da Bahia, representadas na 45ª Romaria da Terra e das Águas, para mobilizar os/as ribeirinhos/as pelos direitos dos rios, das águas e da vida.

Como nos ensina o Papa Francisco na terceira encíclica, “Cada dia é-nos oferecida uma nova oportunidade, uma etapa nova. Não devemos esperar tudo daqueles que nos governam; seria infantil. Gozamos dum espaço de corresponsabilidade capaz de iniciar e gerar novos processos e transformações. Sejamos parte ativa na reabilitação e apoio das sociedades feridas.” É com esse espírito que os romeiros presentes na quadragésima quinta romaria carregando entusiasmo de amor à vida e fortalecidos da rebeldia popular compartilhada, renova-se a esperança dos mais pobres na construção revolucionária da casa comum.

Sabendo que o caminhar se faz caminhando, esperamos que os romeiros presentes e aqueles que recebem essa carta possam com essa mensagem se sentir animados/as e inspirados/as para a construção das próximas lutas, onde possamos fortalecer a democracia e participação com autonomia do povo, sendo o desafio principal deste ano a organização popular para impor derrota ao fascismo e ao programa neoliberal que violenta e dizima os pilares fundamentais da vida. Como foi apresentado na nossa homilia, o desafio é devolver o Brasil ao povo brasileiro!

Bom Jesus da Lapa, 03 de julho de 2022  
 Romeiros e Romeiras da 45ª Romaria da Terra e das Águas



# Sob o olhar conivente do Estado

## Invasões de terras indígenas tiveram novo aumento, em contexto de violência e ofensiva contra direitos

Relatório anual do Cimi retrata agravamento das violências contra os povos indígenas no Brasil, com ataques a direitos e desmonte dos órgãos de fiscalização e assistência

Foto: Bruno Kelly/Greenpeace

Sumário Executivo do relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021*

O ano de 2021 foi marcado pelo aprofundamento e pela dramática intensificação das violências e das violações contra os povos indígenas no Brasil. O aumento de invasões e ataques contra comunidades e lideranças indígenas e o acirramento de conflitos refletiram, nos territórios, o ambiente institucional de ofensiva contra os direitos constitucionais dos povos originários. É o que aponta o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021*, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Em seu terceiro ano, o governo de Jair Bolsonaro manteve a diretriz de paralisação das demarcações de terras indígenas e omissão completa em relação à proteção das terras já demarcadas. Se, do ponto de vista da política indigenista oficial, essa postura representou continuidade em relação aos dois anos anteriores, do ponto de vista dos povos ela representou o agravamento de um cenário que já era violento e estarrecedor.

A consequência dessa postura foi o aumento, pelo sexto ano consecutivo, dos casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”. Em 2021, o Cimi registrou a ocorrência de 305 casos do tipo, que atingiram pelo menos 226 Terras Indígenas (TIs) em 22 estados do país.

No ano anterior, 263 casos de invasão haviam afetado 201 terras em 19 estados. A quantidade de casos em 2021 é quase três vezes maior do que a registrada em 2018, quando foram contabilizados 109 casos do tipo.

Além do aumento quantitativo de casos e terras afetadas pela ação ilegal de garimpeiros, madeireiros, caçadores, pescadores e grileiros, entre outros, os invasores intensificaram sua presença e a truculência de suas ações nos territórios indígenas. Essa situação ficou explícita em casos como o dos povos Munduruku, no Pará, e Yanomami, em Roraima e Amazonas.

Na Terra Indígena (TI) Yanomami, onde é estimada a presença de mais de 20 mil garimpeiros, os invasores passaram a realizar ataques armados sistemáticos contra as comunidades indígenas, espalhando um clima de terror e provocando mortes, inclusive de crianças.

Os ataques criminosos, com armamento pesado, foram denunciados de forma recorrente pelos indígenas – e ignorados pelo governo federal, que seguiu estimulando a mineração nestes territórios. Os garimpos, além disso, serviram como vetor de doenças como a Covid-19 e a malária para os Yanomami.

No Pará, garimpeiros que atuam ilegalmente na TI Munduruku atacaram a sede de uma associação de mulheres indígenas, tentaram impedir o deslocamento de lideranças do povo para manifestações em Brasília, fizeram ameaças de morte e chegaram a queimar a casa de uma liderança, em represália a seu posicionamento contra a mineração no território. Enquanto essas ações ocorriam, a TI Munduruku seguiu sendo devastada, com rios e igarapés destruídos pelo maquinário pesado utilizado na extração ilegal de ouro.

O relatório registrou aumento em 15 das 19 categorias de violência sistematizadas pela publicação em relação ao ano anterior, e uma quantidade enorme de vidas indígenas interrompidas. Foram registrados 176 assassinatos de indígenas – apenas seis a menos do que em 2020, que registrou o maior número de homicídios desde que o Cimi passou a contabilizar este dado com base em fontes públicas, em 2014. O número de suicídios de indígenas em 2021, 148, foi o maior já registrado neste mesmo período.

O contexto geral de ataques aos territórios, lideranças e comunidades indígenas está relacionado a uma série de



**O relatório aponta a consolidação das invasões no governo Bolsonaro que, ao longo do mandato, com o desmonte dos órgãos e a falta de fiscalização, foram se estabelecendo livremente. Em novembro de 2021, mais de 300 balsas que garimpavam ouro ilegalmente reuniram-se no rio Madeira, próximo aos municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte (AM). Apesar das denúncias, não houve notícia de que em 2021 essa situação foi investigada ou interrompida pelas autoridades**

medidas do poder Executivo que favoreceram a exploração e a apropriação privada de terras indígenas e à atuação do governo federal e de sua base aliada para aprovar leis voltadas a desmontar a proteção constitucional aos povos indígenas e seus territórios.

É o caso de medidas como a Instrução Normativa 09, publicada pela Funai ainda em 2020, que liberou a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas, e a Instrução Normativa Conjunta da Funai e do Ibama que, já em 2021, passou a permitir a exploração econômica de terras indígenas por associações e organizações de “composição mista” entre indígenas e não indígenas.

Também tiveram esse caráter propostas como o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que inviabiliza novas demarcações e

abre as terras já demarcadas à exploração predatória, e o PL 191/2020, de autoria do próprio governo federal, que pretende liberar a mineração em TIs.

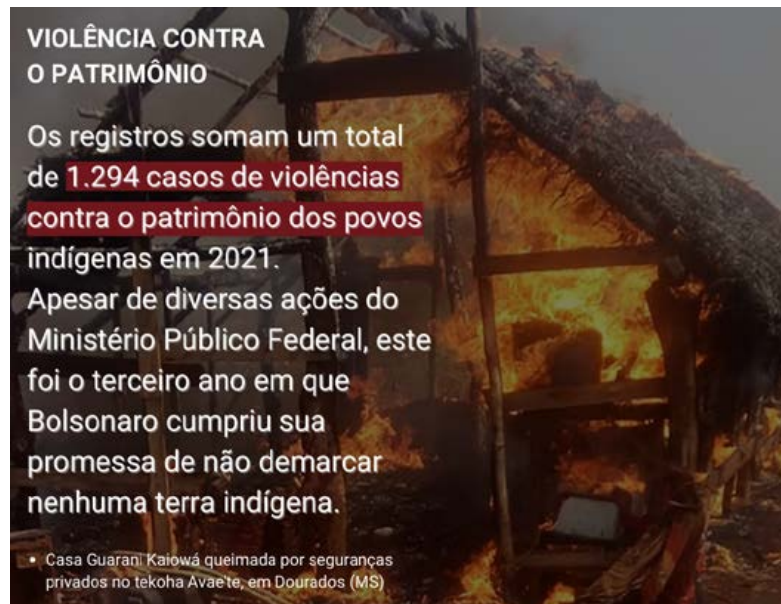
Esse conjunto de ações deu aos invasores confiança para avançarem em suas ações ilegais terras indígenas. Garimpos desenvolveram ampla infraestrutura, invasores ampliaram o desmatamento de áreas de floresta para a abertura de pastos e o plantio de monoculturas, e caçadores, pescadores e madeireiros intensificaram suas incursões aos territórios.

A tentativa de aprovação desses projetos, o contexto de ofensiva contra seus direitos e o agravamento da situação nos territórios motivaram fortes mobilizações dos povos indígenas em todo o país, com dois grandes acampamentos nacionais em Brasília.

### Violência contra o Patrimônio

O primeiro capítulo do relatório reúne as “Violências contra o Patrimônio” dos povos indígenas, divididas em três categorias. Nesta seção, foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (871 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (118 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (305 casos). Os registros somam, assim, um total de 1.294 casos de violências contra o patrimônio dos povos indígenas em 2021.

Apesar de diversas ações do Ministério Público Federal (MPF), este foi o terceiro ano em que o presidente da República cumpriu sua promessa



• Casa Guarani Kaiowá queimada por seguranças privados no tekoha Avaete, em Dourados (MS)



de não demarcar nenhuma terra indígena. Uma atualização do banco de terras e demandas territoriais indígenas do Cimi identificou que, das 1.393 terras indígenas no Brasil, 871 (62%) seguem com pendências para sua regularização. Destas, 598 são áreas reivindicadas pelos povos indígenas que não contam com nenhuma providência do Estado para dar início ao processo de demarcação.

Também destacam-se, nesta categoria, a queima de Casas de Reza, espaços centrais para a espiritualidade de diversas comunidades indígenas. Foram registrados quatro casos no Mato Grosso do Sul, envolvendo os povos Guarani e Kaiowá, e um no Rio Grande do Sul, com o povo Guarani Mbya.

Entre os casos de conflitos por direitos territoriais destacam-se, também, os diversos registros de sobreposição de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e de certificações de propriedades privadas sobre terras indígenas. Em alguns casos, como nas TIs Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, e Barra Velha, na Bahia, houve a tentativa de venda de “lotes” de terra por meio de redes sociais.



### Violência contra a Pessoa

Em relação aos casos de “Violência contra a Pessoa”, que são sistematizados no segundo capítulo do relatório, foram registrados os seguintes dados: abuso de poder (33); ameaça de morte (19); ameaças várias (39); assassinatos (176); homicídio culposo (20); lesões corporais dolosas (21); racismo e discriminação étnico cultural (21); tentativa de assassinato (12); e violência sexual (14).

Os registros totalizam 355 casos de violência contra pessoas indígenas em 2021, maior número registrado desde 2013, quando o método de contagem dos casos foi alterado. Em 2020, haviam sido catalogados 304 casos do tipo.

Os estados que registraram maior número de assassinatos de indígenas em 2021, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e de secretarias estaduais de saúde, foram Amazonas (38), Mato Grosso do Sul (35) e Roraima (32). Os três estados também registraram a maior quantidade de assassinatos em 2020 e em 2019.

Entre os casos que se destacam, nesse contexto, estão dois assassinatos de indígenas do povo Tembê, na TI Alto Rio Guamá, no Pará. Isac Tembê, professor de 24 anos, foi morto por policiais militares quando caçava com outros jovens de seu

povo numa área próxima ao território; semanas depois, Benedito Cordeiro de Carvalho, conhecido como Didi Tembê, também foi morto a tiros, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

O relatório também registra casos de assassinatos de jovens e crianças indígenas praticados com extrema crueldade e brutalidade. Causaram comoção, em 2021, os assassinatos de Raíssa Cabreira Guarani Kaiowá, de apenas 11 anos, e Daiane Gria Sales, do povo Kaingang, de 14 anos. Ambas foram estupidadas e mortas.

### Violência por Omissão do Poder Público

Os casos de “Violência por Omissão do Poder Público”, registrados no terceiro capítulo do relatório, também tiveram um aumento geral e em quase todas as categorias em relação a 2020, com exceção dos casos de “desassistência geral” e da mortalidade na infância.

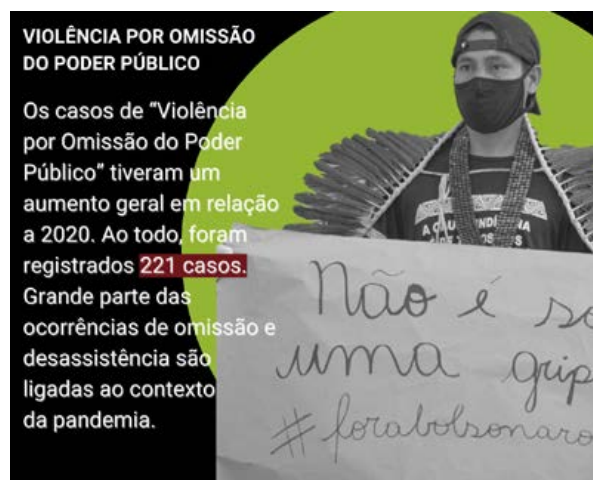
Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), o Cimi obteve da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) informações parciais sobre as mortes de crianças indígenas de 0 a 5 anos de idade. Os dados, que foram coletados pela secretaria em janeiro de 2022 e estão, provavelmente, defasados, revelam a ocorrência de 744 mortes de crianças indígenas de 0 a 5 anos de idade em 2021.

Os estados com maior quantidade de mortes nesta faixa etária foram Amazonas (178), Roraima (149) e Mato Grosso (106). Apesar da provável defasagem dos dados relativos a 2021, a quantidade de óbitos de crianças só foi maior, na última década, nos anos de 2014 (785), 2019 (825) e 2020 (776).

Dados do SIM e de secretarias estaduais de saúde registram a ocorrência de 148 suicídios de indígenas em 2021. Os estados com mais casos foram Amazonas (51), Mato Grosso do Sul (35) e Roraima (13).

Ainda neste capítulo, foram registrados os seguintes dados: desassistência geral (34 casos); desassistência na área de educação escolar indígena (28); desassistência na área de saúde (107); disseminação de bebida alcoólica e outras drogas (13); e morte por desassistência à saúde (39), totalizando 221 casos; em 2020, os registros nestas categorias haviam somado 177 casos.

Grande parte das ocorrências de omissão e desassistência são ligadas ao contexto da pandemia, especialmente em relação



à falta de atendimento e equipes de saúde e falta de acesso a água e saneamento básico. Essa situação foi agravada pelas ações de desinformação sobre as vacinas contra a Covid-19, que ocorreram em diversas regiões.

Muitos povos, especialmente em contexto urbano, relataram casos de negação do acesso à vacina, apesar da determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de que todos os indígenas deveriam ser incluídos no grupo da imunização prioritária, independentemente do seu local de residência.

### Mortes por Covid-19

Apesar do início da vacinação, dados do SIM analisados pelo Cimi registram 847 mortes de indígenas em função da infecção pelo coronavírus em 2021. O número é mais que o dobro do registrado pela Sesai, que indica a ocorrência de 315 óbitos do tipo no mesmo período.

O SIM unifica os dados sobre óbitos ocorridos no Brasil, enquanto a Sesai abrange apenas a população indígena atendida pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, estimada em cerca de 755 mil pessoas.

Os dados mais abrangentes oferecem uma indicação da possível subnotificação de casos e da ampla quantidade de indígenas que enfrentaram a pandemia e morreram desassistidos e invisibilizados em cidades, acampamentos e retomadas.

### Povos isolados

A situação dos povos indígenas em isolamento voluntário também atingiu profunda gravidade, com a prática adotada pelo governo Bolsonaro de renovar as portarias que restringem o acesso a áreas com presença destes povos por períodos de apenas seis meses – ou nem sequer renovar, como no caso da TI Jacareúba-Katawixi, que está sem qualquer proteção desde dezembro de 2021.

As invasões atingiram pelo menos 28 TIs onde há presença de povos indígenas isolados, colocando a própria existência desses grupos em risco. Essas áreas concentram 53 do total de 117 registros de povos isolados mantidos pela Equipe de Apoio aos Povos Indígenas Livres do Cimi, que analisa este cenário no quarto capítulo do relatório.

### Artigos e memória

O relatório também apresenta artigos especiais que analisam a situação dos indígenas encarcerados no Brasil, a relação entre o racismo e a violência contra os povos originários e a política indigenista do governo Bolsonaro sob a ótica da execução orçamentária. O capítulo final do relatório, dedicado ao tema da “Memória e Justiça”, propõe uma reflexão sobre mecanismos de reparação e não repetição de violações contra os povos indígenas.

### Caci

A plataforma Caci, mapa digital que reúne as informações sobre os assassinatos de indígenas no Brasil, foi atualizada com os dados do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2021. Caci, sigla para Cartografia de Ataques Contra Indígenas, também significa “dor” em Guarani. Com a inclusão dos dados de 2021, a plataforma agora passa a abranger informações georreferenciadas sobre 1.313 assassinatos de indígenas, reunindo dados compilados desde 1985.

Acesse em [caci.cimi.org.br](http://caci.cimi.org.br)





# Política de atenção à saúde indígena: caminhos em meio aos percalços

Artigo de Roberto Liebgott, um dos organizadores do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas e coordenador do Cimi Regional Sul

A política de atenção à saúde indígena no Brasil se desenvolve através de percalços, de sonhos, expectativas e se convive com alguns avanços e retrocessos. Quando, em 1999, foi constituído o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Lei Arouca, 9.836/1999, acreditava-se numa política estruturada em distritos sanitários especiais específicos e diferenciados, os quais constituiriam as bases de sustentação de todas as ações e serviços. Sonhava-se com uma estrutura com autonomia admirativa e financeira e que nela houvesse plena participação dos povos no planejamento, execução e fiscalização. Estes sonhos vieram em deliberações e diretrizes da Segunda Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada no ano de 1993, talvez, dentre as cinco, ao longo dos últimos 35 anos, esta tenha sido a mais importante em termos de organicidade, coesão, linhas de ação, sinalização e sistematização das propostas das comunidades acerca de uma política pública efetivamente respeitosa e participativa.

Os 34 Distritos Sanitários Especiais foram criados a partir de critérios étnicos, culturais, territoriais, ambientais e geográficos e ficaram sob a administração da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Somente uma década mais tarde, em 2010, foi criada, por meio da Lei nº 12.314/2010, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), responsável, até hoje, pela administração e gestão da política. É importante lembrar que a partir da Lei Arouca se deveria

assegurar aos povos indígenas o direito ao controle social, através dos conselhos locais e distritais de saúde, além, por óbvio, ficando garantida a participação nos órgãos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e os conselhos estaduais e municipais. Neste sentido, é importante destacar o papel da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI), criada em 1991 como espaço de discussão, reflexão, avaliação e proposição junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), acerca das realidades indígenas no que tange à saúde.

Os governos, desde 1999, sempre se colocaram em oposição a autonomia dos distritos sanitários e, por conta disso, ao longo das décadas manteve as ações e serviços em saúde aos cuidados de organizações indígenas – no princípio – e de ONGs ou organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), com as quais o Ministério da Saúde estabelece convênios e parcerias para a prestação de serviços, num movimento de terceirização. Naquelas regiões onde havia uma certa estrutura organizativa e participativa dos indígenas, a exemplo dos distritos Leste de Roraima, Yanomami e Alto Xingu, o modelo

“Os povos indígenas e suas lideranças engajadas nos debates sobre a política de atenção à saúde foram, ao logo dos anos, com sabedoria e protagonismo, dominando os ambientes públicos e exigindo que seus direitos, no âmbito do subsistema de saúde, fossem respeitados.”

parecia ser adequado e funcional. Mas não foi o que sucedeu nos demais distritos onde os desencontros e a pouca experiência, somadas a frágil capacidade técnica e administrativa, geraram um ambiente de insegurança e desagração.

Os povos indígenas e suas lideranças engajadas nos debates sobre a política de atenção à saúde foram, ao logo dos anos, com sabedoria e protagonismo, dominando os ambientes públicos e exigindo que seus direitos, no âmbito do subsistema de saúde, fossem respeitados, especialmente no tocante ao controle social e na formulação dos planos distritais de saúde, que ficavam, em geral, centralizados (sob a tutela) da entidade prestadora de serviços e da própria Funasa e depois Sesai. A participação indígena nas discussões, planejamentos e na atuação como fiscais deram sobrevida a uma política que foi descaracterizada, dentro do subsistema, através da terceirização.

Ao longo das décadas, houve significativos avanços a partir do novo modelo de atenção à saúde, dentre eles, há que se destacar o incremento orçamentário, ou seja, passou a ter muito mais recursos para a saúde do que anteriormente; os planos distritais, embora excessivamente centralizados nas conveniadas e Funasa – depois Sesai – compunham as ações e serviços necessárias a serem executadas ao longo dos anos de vigência dos planos e convênios; as equipes de saúde deixaram de fazer assistência pontual nas aldeias, passando a conviver um pouco mais com as comunidades e a tentar identificar, conhecer e entender as realidades locais, as culturas e os modos de ser de cada povo; os processos formativos, tanto das equipes externas como dos agentes de saúde indígenas, técnicos e auxiliares em enfermagem tiveram uma importante priorização ao longo de muitos anos; ocorriam reuniões nos polos bases, nas comunidades ou nos ambientes distritais para tratar das demandas em

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Mobilização dos povos Pataxó, Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe contra a municipalização da saúde indígena, em Brasília



saúde com a participação de lideranças indígenas e também das equipes de saúde; o controle social e a formação de conselheiros também passou por momentos de avanços e que deram sustentabilidade ao modelo de atenção em saúde.

Importante ressaltar que desde 1986 ocorreram cinco conferências específicas sobre saúde indígena, agregando propostas e norteando a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), que deveria sempre alicerçar-se a um modelo complementar e diferenciado, acerca da organização dos serviços, à promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo dignidade, cidadania, protagonismo e autonomia. Havia deliberação e chegou a ser iniciada a Sexta Conferência Nacional de Saúde, com as etapas locais e distritais, mas acabou abortada pelo atual governo. Notícia-se que no mês de novembro de 2022, quatro anos depois de seu início, ocorrerá a etapa nacional.

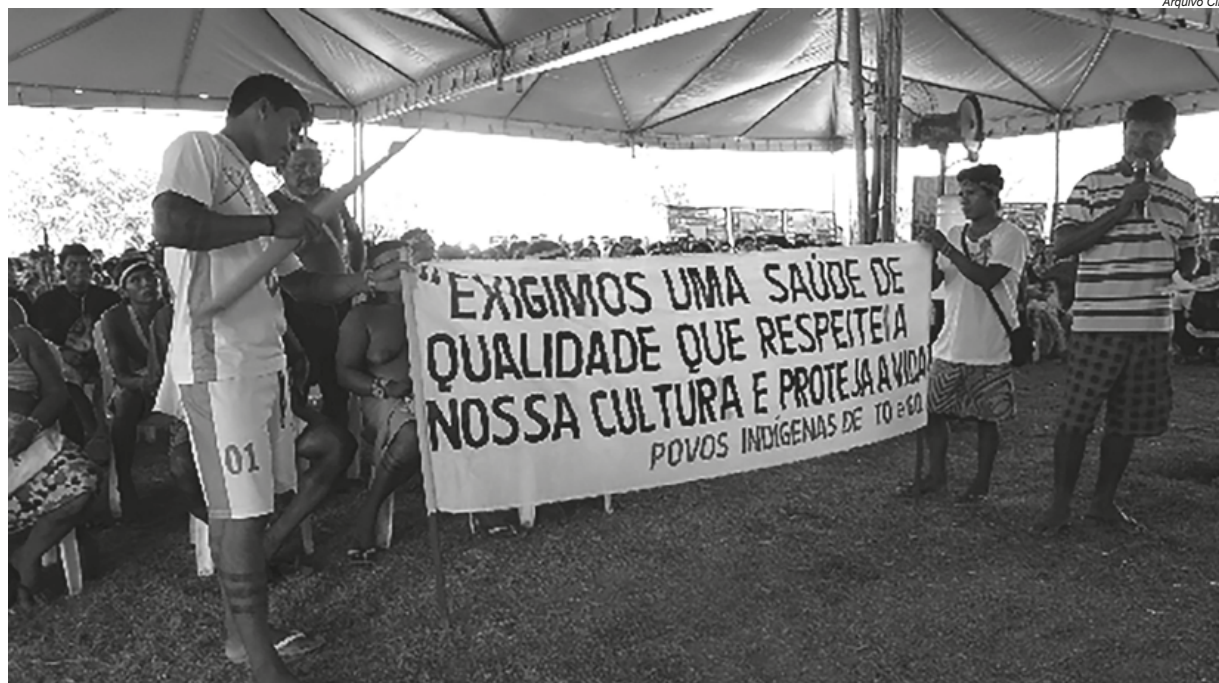
Os retrocessos marcaram esses anos todos do subsistema de atenção à saúde. E, para além da terceirização, ainda em curso, foram, ao longo dos vários governos, sendo apresentadas propostas de criação de um instituto privado – Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) – que gerenciaria os serviços em saúde, ou a transferência da assistência para conglomerados empresariais ligados a exploração econômica da saúde, ou a municipalização das ações. Todos esses movimentos políticos geraram fortes protestos e insegurança no meio dos povos indígenas. Se percebia que a cada novo governo, ou a cada período, interesses mercadológicos ou politiquieiros se sobrepunham aos direitos indígenas e apontavam rumos antagônicos aos definidos nas conferências de saúde indígena e ao próprio Sistema Único de Saúde do país.

Há, além das intenções de mudar a política e a prestação de serviços – sempre apontadas pelo submundo da política e dos governantes – problemas contínuos na execução da política, na gestão dos distritos, na elaboração dos planos distritais, na atenção básica ou primária, na relação com os hospitais para a assistência de média e alta complexidade, no saneamento básico, no enfrentamento das endemias e pandemias e, por fim, no controle social.

A execução da política acaba sendo submetida aos governos que nomeiam, aos cargos de chefia, apadrinhados dos partidos, ou de corporações e/ou de amigos. Nos últimos quatro anos, a saúde indígena vem sendo operada – quase literalmente – por agentes vinculados às polícias, ao Exército, Marinha e Aeronáutica. Em geral, são pessoas que não conhecem a administração pública federal e muito menos entendem acerca dos povos indígenas, seus direitos e são absolutamente leigas no tocante à saúde. A gestão dos distritos passa por graves desafios porque neles foram abrigados sujeitos com esse perfil. E pelo fato de não conhecerem do funcionamento dos distritos, das especificidades étnicas, culturais, geográficas e por estarem a serviço de um governo descompromissado com a garantia dos direitos indígenas, mantêm uma relação truculenta, autoritária e desrespeitosa com as populações indígenas, suas lideranças, com servidores e funcionários ligados aos distritos, tanto públicos como contratados pelas entidades prestadoras de serviços.

Os Planos Distritais são o pulmão do subsistema. Nele estão contidos os princípios, linhas de ações norteadoras, concepções em saúde, os objetivos, metas, alcance das ações, o planejamento semanal, mensal, anual de todos os serviços. Nele se prevê a vinculação dos servidores públicos e das conveniadas – médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos em enfermagem, psicólogos, motoristas, barqueiros, administradores, bem como os agentes indígenas de saúde, os agentes ambientais e todos os demais contratados. Também estão no plano as formas de participação indígena na sua elaboração e na execução dos serviços, bem como a inclusão nas ações dos pajés, parteiras, as medicinas tradicionais. Estão previstas ainda as instâncias de controle social e os processos de formação. O Plano Distrital, apesar de ser o pulmão, que faz respirar, dá vida e põem em movimento os distritos, vem sendo, nos últimos anos, negligenciado, especialmente quanto a participação dos indígenas – comunidades, povos e suas lideranças – na sua elaboração e depois de pronto, para acessá-lo.

A atenção primária visa a garantia da integralidade da assistência no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde



Mobilização dos povos Pataxó, Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe contra a municipalização da saúde indígena, em Brasília

“Nos últimos quatro anos, a saúde indígena vem sendo operada – quase literalmente – por agentes vinculados às polícias, ao Exército, Marinha e Aeronáutica. Em geral, são pessoas que não conhecem a administração pública federal e muito menos entendem acerca dos povos indígenas, seus direitos e são absolutamente leigas no tocante à saúde.”

Indígena, prevista na Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Portanto, deve-se assegurar o acesso à saúde por meio de uma atenção diferenciada, tendo por base a diversidade sociocultural e as particularidades epidemiológicas e logísticas de cada comunidade e povo. Embora tenha havido aumento considerado de recursos financeiros no subsistema, as ações e serviços ainda são frágeis e apontam a histórica existência de graves e profundas desigualdades entre os povos indígenas e os demais segmentos.

Somando-se – já mencionado – a limitada participação indígena no controle social e nas discussões sobre as ações nas comunidades, nota-se grande descontentamento dos povos em relação a descontinuidade dos serviços. O problema se amplifica diante da carência e da rotatividade de profissionais, bem como a falta de diálogos interculturais, desconectando a medicina alopática com os saberes tradicionais. Verifica-se, a partir dos relatos e queixas de lideranças, que as práticas assistenciais são excessivamente centradas em paliativos ou atividades emergenciais. As atuações das equipes de saúde também desconsideram a importância dos agentes de saúde, não raras as vezes eles servem apenas para identificar doentes, indica-los a equipes e quando muito, acompanham aqueles que precisam ser removidos para os centros de atendimento fora das aldeias.

No que tange a atenção de média e alta complexidade, há muitas queixas das comunidades, especialmente no que tange a demora na realização dos exames, nos custos de certos medicamentos, que não raras as vezes os indígenas são obrigados a adquirir, no uso excessivo de antibióticos, analgésicos e anti-inflamatórios. Há ainda que se destacar que nos hospitais de referências, em geral, os indígenas são atendidos e hospitalizados em enfermarias junto de dezenas, quando não centenas de outros pacientes, submetidos a situação de constrangimento porque os profissionais de saúde não sabem, ou não compreendem que há necessidade de uma atenção diferenciada.

O saneamento básico se constitui, desde sempre, num dos graves e profundos problemas e dele se desencadeiam doenças que acabam descontroladas como verminoses, hepa-

tites, contaminações por agrotóxicos ou mercúrio e outros metais pesados. Não há saúde sem água para beber, banhar, higienizar, cozinhar. Nestas circunstâncias há centenas de comunidades indígenas no Brasil. Nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, comunidades são abastecidas remotamente com caminhões pipas por prefeituras. Em geral, aquele tipo de fornecimento de água é de limitada serventia, já que a infraestrutura para seu armazenamento também é frágil, precária e de volume muito pequeno, ou seja, não atende a demanda quanto ao uso diário para beber e tomar banho. Nada que se diga, no âmbito da Sesai, justifica tamanha negligência. É inaceitável submeter pessoas, comunidades, povos a situações de absoluta vulnerabilidade. É visível a desumanização empreendida pelo governo federal nos órgãos de assistência no Brasil, especialmente naqueles responsáveis pelo atendimento a indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Nos últimos três anos a pandemia da Covid-19 desvelou, além de todas as questões já existentes e conhecidas, a falta de organicidade, planejamento, infraestrutura e capacidade técnica para enfrentar casos de surtos de doenças, endemias ou pandemias. Por ocasião dessa pandemia se identificou a inoperância das instituições no sentido de auxiliar, orientar, esclarecer, prevenir e assistir aos afetados pelo vírus infeccioso. As graves consequências da pandemia entre os povos indígenas no Brasil também são evidenciadas pelos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), que registra 847 mortes de indígenas em decorrência da infecção por coronavírus em 2021. Essas mortes ocorreram quando a vacinação já havia iniciado, e parecem corroborar as denúncias de que parte considerável da população indígena ficou amplamente desassistida em meio à crise sanitária.

Mas não foi somente a Covid-19 que impactou a saúde, há por exemplo o aumento assustador da malária nas regiões da Amazônia e os órgãos não dão conta de assegurar ações, mesmo que emergenciais. Há altos índices de tuberculose, hepatites, doenças respiratórias e a fragilidade do sistema, diante dessa realidade, assusta porque não consegue responder e as pessoas morrem desassistidas. Informações registradas pela Sesai e SIM, quanto a mortalidade na infância, com o recorte dos casos de 0 a 5 anos de idade, somam um total de 744 óbitos. Importante ressaltar que esse número certamente está defasado, pois a informação repassada pela secretaria ao Cimi, via Lei de Acesso à Informação, foi coletada em janeiro de 2021. As informações da Sesai, obtidas no início do ano de 2021, relativas a mortes de indígenas sem assistência indicam a ocorrência de pelo menos 124 casos. Além dos números, temos a realidade das invasões aos territórios indígenas. Na terra Yanomami, por exemplo, instalações antes utilizadas por agentes públicos como postos de saúde, estão sendo utilizados para armazenamento de combustível, utilizado em balsas e barcos pelos invasores. É a realidade de total abandono pelo governo Bolsonaro àquele povo.



Em 2021, o Cimi registrou 39 mortes por desassistência à saúde – quantidade mais alta registrada desde, pelo menos, 2015. Os dados da Sesai, por sua vez, classificam 124 como “mortes sem assistência”, segundo aponta o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021. O documento aponta ainda que, em 2021, foram registrados pelo Cimi 107 casos de desassistência na área da saúde em quase todos os estados do país. “A assistência à saúde indígena, que já se apresentava precária ou inexistente em alguns territórios antes da pandemia, se agravou ainda mais com a crise sanitária. As demais doenças existentes estiveram praticamente esquecidas pelas autoridades e pelos serviços de saúde, bem como as ações de prevenção. Surto de malária voltaram a afetar intensamente as populações indígenas, principalmente no norte do país. Além da malária, um inaceitável número de crianças de 0 a 5 anos de idade morreu por causas evitáveis, como a diarreia e a desnutrição”, denuncia o relatório

É, portanto, neste ambiente de graves desafios assistenciais e de uma profunda crise política que se planeja a realização da etapa nacional da “VI Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas no Brasil”. Um evento articulado, quase que exclusivamente pelo Fórum dos Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde e nos gabinetes em Brasília, sem ter havido, depois de quase quatro anos, a retomada, junto às comunidades, povos e suas organizações, das discussões e debates acerca das propostas e deliberações das etapas locais e distritais ocorridas no ano de 2018. Isso revela, em grande medida, que se pretende, agora, aliviar culpas e responsabilidades da atual gestão da Sesai – governo Bolsonaro – em relação ao caos assistencial desencadeado ao longo dos quatro últimos anos, ao boicote do controle social e a própria conferência.

Os desafios futuros não são mínimos, mas gigantes. Ou se retoma a política de atenção à saúde, a partir dos princípios e diretrizes do subsistema, dando ênfase ao protagonismo dos povos e suas organizações, culturas, costumes, conhecimentos, medicinas e sabedorias tradicionais – juntamente com o controle social efetivo – em âmbitos local e distrital – ou se continuará com paliativos, engessamentos políticos e concessões aos interesses econômicos privados. Não se pode fechar os olhos e colocar tampão nos ouvidos diante da morte por desassistência, pela ausência de ações básicas nas comunidades ou por falta de saneamento básico. A dor e a morte indígena precisam nos indignar. (Porto Alegre, RS, 10/08/2022) ◆

## Povo Mbya Guarani, do litoral norte de Santa Catarina, enfrenta descaso e falta de recursos na área da Saúde

Em entrevista ao Cimi, lideranças denunciaram a falta de profissionais da Saúde, de saneamento básico, de insumos e até mesmo de transporte para levar os indígenas aos hospitais

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Na Constituição Federal, a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Mas, infelizmente, a realidade dos povos indígenas da região Sul do país caminha em uma direção oposta à legislação. Há um tempo, os Mbya Guarani, do litoral norte de Santa Catarina (SC), enfrentam um cenário dramático: falta de profissionais da Saúde, de saneamento básico, de insumos e até mesmo de transporte para os hospitais.

De acordo com uma liderança Mbya Guarani (não será identificada por questão de segurança), mais de dez aldeias foram afetadas pela falta de recursos, que deveriam ser destinados ao Polo Base de Araquari (SC) – unidade vinculada ao Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

“O quadro funcional é reduzido, a gente tem uma médica que trabalha apenas 20 horas semanais, enquanto precisamos de, no mínimo, 40 horas. Temos uma dentista, mas também falta um profissional auxiliar. Além disso, o combustível [para transportar até os hospitais] não é suficiente para o mês inteiro. Dura por volta de 20 dias. Há muitas demandas que não estão sendo atendidas devido ao corte de recursos”, lamentou a liderança.

Outro ponto denunciado pela liderança é que muitos Mbya Guarani não entendem totalmente a língua portuguesa e necessitam de profissionais para acompanhá-los em consultas médicas. No entanto, também não há esse tipo de serviço nas aldeias.

No dia 28 de julho deste ano, lideranças indígenas do povo Mbya Guarani estiveram reunidas no Polo Base de Araquari para tratar sobre o atual contexto de Saúde dentro do território.

Durante a reunião, o Conselho de Caciques e Lideranças da Região Norte de Santa Catarina fez algumas solicitações, entre elas: a ampliação da carga horária da médica que atenda a comunidade (de 20h para 40h semanais); a contratação de um profissional auxiliar bucal; o fornecimento de materiais para atender as demandas de saneamento básico, como manutenção de banheiros,

da bomba de água do Sistema de Abastecimento e da reforma do espaço de atendimento nas aldeias.

Além disso, o Conselho ressaltou que os indígenas não irão aceitar a troca de profissionais de Enfermagem sem que o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) faça a devida consulta ao povo Mbya Guarani. Entre os dias 1 e 3 de agosto, cerca de 100 lideranças voltaram a se reunir no Polo Base de Araquari para manifestar e dialogar sobre as mesmas questões.

### Troca de cargos

Em um documento encaminhado ao DSEI Interior Sul, sediado em Florianópolis, à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Ministério Público Federal (MPF) de Joinville (SC), o Conselho comunicou sobre a reunião que ocorreu no final do mês de julho no Polo Base de Araquari e reforçou que não irão aceitar o retorno do profissional de Enfermagem escolhido pelo DSEI, sem qualquer consulta aos indígenas, ao território dos Mbya Guarani.

“Não aceitamos o retorno do enfermeiro devido à promoção de cargo e remanejamento do mesmo sem consulta às comunidades atendidas e aos interessados. Surgiram também excedente de reclamações e incidentes com alguns trabalhadores indígenas. Por esses motivos, os caciques, lideranças e comunidade decidem assinar o abaixo assinado. Solicitamos também ao Ministério Público Federal e a presença da Funai para acompanhamento e fiscalização para intervir junto ao DSEI”, afirmaram por meio do documento.

De acordo com outra liderança do povo Mbya Guarani – que também não será identificada por questão de segurança –, a situação está “muito complicada”.

“Quando pedimos ajuda à Sesai, não ligam. Mas quando é do interesse deles, fazem tudo sem nos comunicar. Sem dialogar com o Conselho e com a comunidade. Está muito complicada a forma que o DSEI está trabalhando com os povos indígenas”, lamentou.

“A última troca que ocorreu entre os enfermeiros foi sem justificativa alguma. Nós não aceitamos isso. Está tudo errado. O nosso Conselho tem autonomia de ver a situação, de conversar, de indicar. Mas temos uma dificuldade muito grande de conseguir dialogar com o DSEI”, explicou.

### Histórico de atendimento

De acordo com a liderança, anteriormente, as aldeias da região Norte de Santa Catarina eram atendidas pelo DSEI localizado em Curitiba (PR). Ou seja, todas as demandas, como pedidos relacionados ao saneamento básico, atendimento médico e motorista para fazer o transporte, eram feitas à distância – e, por isso, muitas vezes não eram atendidas.

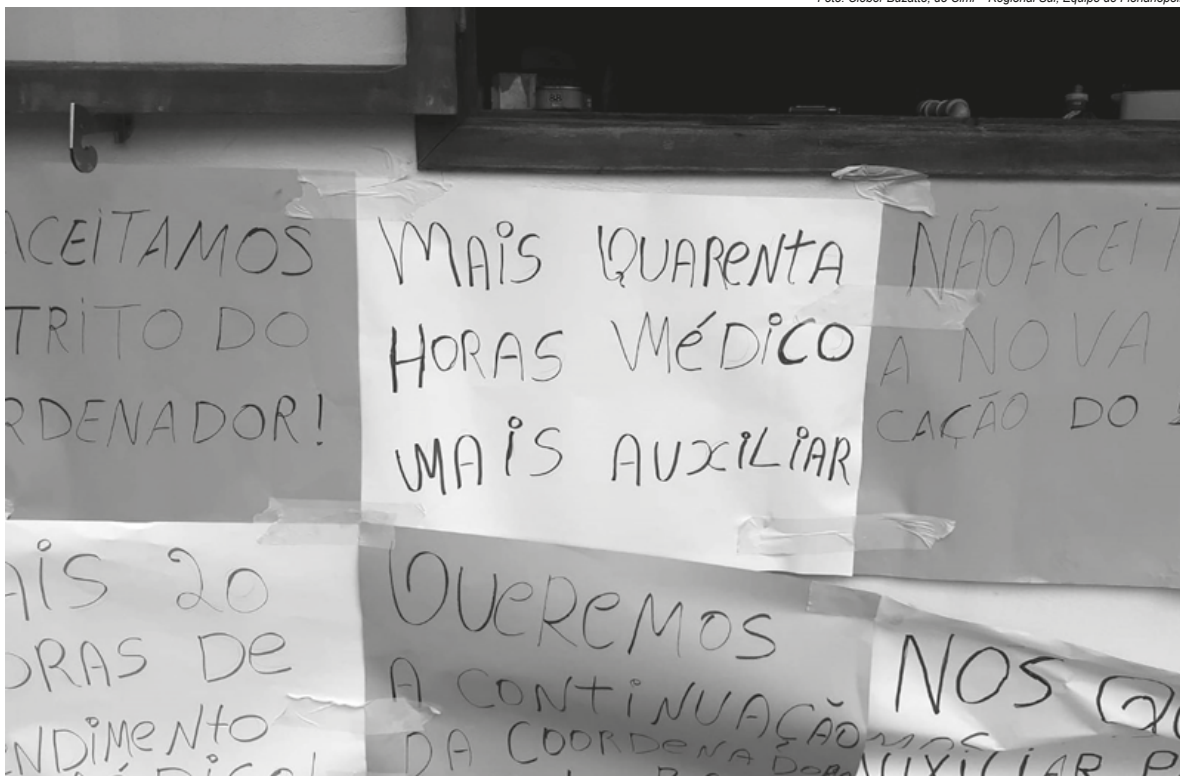
Depois de muita luta, finalmente os indígenas conseguiram construir um espaço para atendê-los em Florianópolis (SC). No entanto, não saiu como era o esperado.

“O recurso que chega no Polo Base de Araquari nunca foi alcançado e beneficiado. Entendíamos, naquela época [quando o DSEI ficava em Curitiba], que pertencíamos a outro distrito e que, por isso, as dificuldades eram maiores. Mas agora entendemos que mudamos já para o distrito de Florianópolis, só que continuamos sem atendimento”.

### Solidariedade

Por meio da equipe de Florianópolis, do Regional Sul, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) está acompanhando o caso e manifesta total apoio e solidariedade aos Mbya Guarani. ◆

Foto: Cleber Buzatto, do Cimi – Regional Sul, Equipe de Florianópolis



Povo Mbya Guarani, do litoral norte de Santa Catarina, pede melhorias na área da Saúde



# Cimi e sua esperança missionária

O diálogo intercultural e interreligioso é um orientador da ação com os povos indígenas

Texto do Boletim Especial nº 10  
em comemoração aos 50 anos do Cimi

O Cimi completa 50 anos de sua fundação, que se deu a partir de um processo de diálogo. Esse processo nasce também de uma esperança, dentro da própria Igreja Católica, que se define pela opção preferencial pelos pobres. Essa opção possibilita a esperança contra os projetos de morte, principalmente contra os povos indígenas.

Pairava sobre os povos indígenas o projeto da integração e da assimilação à “comunhão nacional”, ou seja, buscava-se que eles deixassem de ser índios. Civilização, progresso, desenvolvimento eram palavras que exerciam um grande fascínio na sociedade, totalmente contrária à existência dos povos indígenas na época.

O Cimi, a partir dessa esperança da opção preferencial pelos pobres, faz também a opção pelos povos indígenas. Essa opção nos traz perspectivas de diálogo com esses povos a partir de uma ação respeitosa, de reconhecimento da diversidade, da pluralidade e da riqueza existente no nosso país.

E o Cimi logo abraça esse projeto de vida dos povos indígenas, lutando junto com eles contra esse modelo econômico e sociopolítico e, ao mesmo tempo, colocando para a sociedade nacional e internacional a necessidade de conscientização sobre esses povos.

Coloca-se para a sociedade que existem povos indígenas, e que eles resistem. Começa-se então todo um processo de diálogo, a partir de reuniões, assembleias, trazendo essa possibilidade da autodeterminação e do protagonismo desses povos.

Mas isso também traz tarefas para os povos indígenas e para o próprio Cimi: como organizar esse apoio? Como organizar essa luta? E a partir dessas tarefas, prioridades necessárias para dar conta desses desafios.

A terra indígena é concebida como um lugar sagrado, o chão cultural, campo da história. O diálogo intercultural e interreligioso, como um orientador da nossa ação missionária, sempre pautada no respeito. O movimento indígena, como espaço de construção de propostas e consolidação de alianças. As alianças, como somatória de forças, efetivação da autonomia dos povos indígenas. E as políticas públicas diferenciadas, colocando sempre o aspecto da diferença.

Essa contribuição vai se dando e ela é verificada quando os povos indígenas aderem ao processo de luta pelos seus direitos na Constituição de 1988. A verificação dos vários censos identifica um



Antônio Eduardo de Oliveira, secretário executivo do Cimi

aumento da população indígena no Brasil. Os territórios passam a fazer parte dessas prioridades. O protagonismo dos povos indígenas passa a ser melhor verificado pela sociedade, e também a sua autonomia nos seus territórios. E isso traz uma contribuição para a cidadania de todo o povo brasileiro.

O Cimi passa a se organizar numa comunidade missionária, militante, com a nossa especificidade. Com desafios, principalmente, para a formação permanente dos nossos missionários, sempre caminhando junto aos povos indígenas.

Temos a satisfação de ter testemunhado todo esse processo que, contrário aos projetos de morte, significou vida e esperança, numa pátria que tinha como meta a extinção dos povos indígenas e, portanto, os desprezava. Mas também denunciámos que persistem os projetos de violência e de morte.

Permanecemos na missão da opção pela defesa dos direitos dos povos indígenas, e conclamamos a sociedade a rever o sentido de sua história e a repensar as orientações políticas e econômicas praticadas até hoje contra esses projetos de vida, e buscamos que ela se abra mais para a valorização da vida para todos e do Bem Viver que nos é apresentado pelos povos indígenas.

Tivemos muitos semeadores dessa esperança, que serão sempre exemplos para nós continuarmos semeando essa esperança rumo aos outros 50, todos juntos, lutando por uma vida melhor e digna para todos.

## Povos originários e comunidades tradicionais no futuro

Por Roberto Liebgott, do Cimi Regional Sul

Haverá, sem dúvida, um bom futuro para os povos originários e comunidades tradicionais no Brasil, mas, até sua concretização, a distância ainda é muito longa. Para se chegar lá, do outro lado, existe, entre o futuro e o presente, um enorme abismo ou um estreito atalho.

No abismo estão os mecanismos de destruição, discriminação, intolerância e suas ferramentas de morte.

Dentre eles há o ruralismo com suas boiadas, monocultivos, transgenia e veneno lançado sobre meio ambiente, as águas e as vidas;

A bancada parlamentar da bala, suas milícias, contrabandistas, narcotraficantes, pistoleiros matadores;

O madeireiro e suas motosserras, tratores, correntões, caminhões, incêndios e devastação;

O garimpeiro e sua cobiça interminável, o mercúrio, as dragas e balsas, sua sede de sangue e uma brutalidade extrema;

O empresário inescrupuloso, sonegador, aliciador de pobres, escravocrata, criminoso, usurpador da dignidade humana;

O especulador, pescador, caçador, invasor de terras, territórios, lagos, lagoas e rios;

O arrendatário, grileiro, esbulhador de terras, culturas e vidas, sanguessuga dos bens da vida;

O minerador degradador do solo e subsolo, que através de suas máquinas comem e contaminam as terras, tendo em vista a obtenção de lucros fartos, independentemente do rastro de destruição e morte que deixam para trás;

O bolsoneiro vinculado ao fascista e ao neopentecostalista aliciador de fiéis cristãos, desmotivador da paz, do amor, dos direitos individuais e coletivos, propagador do ódio, do preconceito e da violência extrema;

A tese do marco temporal, interpretação constitucional nefasta dos direitos indígenas, em julgamento no Supremo Tribunal Federal e que vem sendo obsessivamente acionada e incentivada por políticos, juízes, fazendeiros, todos transgressores dos direitos humanos e originários dos povos, primeiros habitantes do Brasil, e dos quilombolas que se libertaram das correntes da escravidão.

Por dentro do estreito atalho existem também muitos obstáculos a serem transpostos. Há lama, atoleiros, buracos e pedregulhos. São a insegurança, a pobreza, o racismo, o machismo e as enormes divergências entre os grupos políticos e econômicos. Mas há uma saída e nela residem as esperanças, as lutas e resistências, a coragem e persistência no enfrentamento das injustiças.

A conquista do futuro não será tranquila, pacífica e muito menos um céu florido de libertação. Exigirá mobilização, união, redes de articulação e solidariedade entre os de baixo para desacomodar àqueles que estão em cima e que mantém ativa a pirâmide da exclusão, da pobreza, do racismo, machismo, homofobia e todas as outras formas de exploração, intolerância e discriminação.

## Nossa missão em tempos difíceis

Por Roberto Liebgott, do Cimi Regional Sul

Nossa missão, nas diversas dimensões do Cimi, precisa ser solidária, fraterna, compartilhada e vinculada às causas do Reino.

Uma função não desfaz ou diminui a outra, nem é melhor, mais importante, elas juntas se somam na luta pelos direitos e pela vida.

Nenhum missionário ou a nenhuma missionária é mais ou menos inteligente, articulador ou dirigente, todos e todas, sem exceção, cumprem a missão, o itinerário pelas causas dos povos originários.

Vivemos tempos sombrios, que exigem da gente companheirismo diligente e como irmãs e irmãos seguirmos grudando as mãos, sem solta-las, expressando união e força, mesmo diante dos vacilos, divergências e desesperanças.

Diferenças são o pão nosso de cada dia, respeitar os outros nossa teimosia e, sempre, sem nos deixarmos enredar pelo egoísmo, insegurança, medo ou falta de empatia.

A missão exige da gente – missionário e missionária – compromisso, fidelidade, generosidade e desprezo ao rancor, à inveja e temor e, bem ao contrário de tudo isso, somos insistentemente convocados ao privilégio de cultivar o amor.

Sem amor somos relapsos, susceptíveis ao mau tempo, a mesquinhez, insensatez e a competitividade. Nos tornamos mais do mesmo em meio à multidão, enquanto a missão nos quer na contramão desse ambiente, caminhando seguros, envolventes em comunhão.

Devemos seguir em missionariedade, nos AJURI-mutirão da causa indígena, pregando a justiça, o Bem Viver, que é revolucionário, mas se agirmos ao contrário, não passaremos de ingênuos, marchando calados atrás daqueles que vão sendo conduzidos ao calvário.





Lindomar Padilha, do Cimi Regional Amazônia Ocidental, fala sobre as falsas soluções para desastre climático – o Golpe Verde



Eliane Franco, coordenadora do Cimi Regional GO/TO, fala sobre a situação dos povos livres na Ilha do Bananal (TO)



Davi Krahô durante atividade organizada pelo Cimi sobre povos livres

## No Fospa, lideranças indígenas da Amazônia denunciam os constantes ataques sofridos dentro dos territórios

Lideranças de diferentes regiões falaram sobre o enfrentamento da política anti-indígena e dos invasores dos territórios; o encontro contou com a participação dos nove países da Amazônia

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A força dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e defensores dos direitos humanos e da natureza tomou as ruas da capital paraense na tarde do dia 28 de julho: era a marcha de abertura da décima edição do Fórum Social Pan-Amazônico – o Fospa 2022, evento criado há 20 anos. Desta vez, o evento ocorreu de forma presencial, entre os dias 28 e 31 de julho, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA).

Dentro da programação, atividades organizadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), como o debate sobre a publicação “Golpe Verde: falsas soluções para desastre climático”, organizado pelo Cimi – Regional Amazônia Ocidental. Na ocasião, Lindomar Padilha, representante do Cimi – Regional Amazônia Ocidental, foi quem conduziu a discussão. Em sua avaliação, os projetos de economia verde se comportam como “falsas soluções” – um pretexto para que o capitalismo siga avançando – e agravam os cenários social, climático e territorial.

“Como é que a empresa que polui é a mesma empresa que preserva? Qual é a lógica que está por trás disso? Isso se chama “Adicionalidade”, que está no Artigo 12 do Protocolo de Quioto. Quanto mais o empreendimento impactar o meio ambiente, maior será o valor daquela área preservada. Exemplo disso são as empresas frigoríferas”, explicou Lindomar.

No Artigo 12 do Protocolo de Quioto – ao qual Lindomar Padilha se referiu –, estão submetidos projetos desenvolvidos por meio do mecanismo de desenvolvimento limpo. O critério da “Adicionalidade” tem como objetivo avaliar se as atividades proporcionam uma redução real, mensurável e de longo prazo para a amenizar os efeitos das mudanças climáticas.

Antes de abrir o espaço para questionamentos do público presente, Lindomar falou sobre os possíveis caminhos para melhorar a situação da Terra. “O que vai ajudar o planeta é pararmos de destruí-lo, é abandonar as fontes de energia de combustíveis fósseis e o minério. Não estou propondo acabar com isso de hoje para amanhã, mas precisamos cobrar dos governos atitude para diminuir esse tipo de combustível”.

“Além disso, queria levantar também o questionamento sobre como iremos fazer para trabalhar nas cidades, assim como fazemos nos territórios?! Como iremos discutir isso com tanta gente das grandes cidades? Tem muita gente que realmente compra serviços e produtos pensando no meio ambiente, contribuem com carinho. Mas como abordar com essas pessoas estão sendo vítimas de golpe de algumas empresas?”, completou.

### Povos indígenas em isolamento voluntário

A Equipe de Apoio aos Povos Livres (EAPIL), do Cimi, realizou uma das atividades no X Fospa. Mediada por Gilderlan Rodrigues, coordenador do Cimi – Regional Maranhão, e pelo professor Lino João, a apresentação sobre “Povos indígenas em situação de isolamento voluntário: os desafios



Marcha de abertura da décima edição do Fospa, em Belém (PA), no dia 28 de julho de 2022

da proteção territorial” mostrou ao público presente a atual realidade enfrentada pelos povos livres.

Além dos mediadores, o momento contou com a participação de Eliane Franco, coordenadora do Cimi – Regional Goiás/Tocantins, e de lideranças indígenas de diferentes regiões do país.

Em sua fala, Eliane apresentou o contexto dos Avá-Canoeiro, indígenas que vivem na Ilha do Bananal, localizada no estado do Tocantins (TO). De acordo com a coordenadora, a demarcação das terras indígenas dessa ilha não funciona na prática.

“Na cabeça da Funai [Fundação Nacional do Índio], as terras indígenas da Ilha do Bananal estão protegidas, porque estão demarcadas. Mas, na prática, isso não é verdade. Existe todo tipo de ameaças e invasões, tanto de um lado quanto do outro lado da ilha. Há arrendamento de pasto, turismo e pescadores. Além disso, estão construindo barragens nos rios dentro da ilha, nos rios Formoso e no Javaé”, explicou.

No penúltimo Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas – dados 2020, o Cimi mostrou que “existe um roteiro para o extermínio dos povos indígenas livres ou isolados no Brasil. Estão em situação de extrema ameaça, só comparada ao período da ditadura militar, quando muitos foram dizimados ou sofreram drástica redução populacional”.

Durante as falas, foi revelado que o aumento do desmatamento, das queimadas e das invasões das terras indígenas e das unidades de conservação agrava o cenário dos povos indígenas livres – ações estimuladas pelo atual governo.

De acordo com os últimos dados, 24 terras indígenas – onde existem registros de presença de 48 povos isolados – estão invadidas por madeireiros, garimpeiros, grileiros,

caçadores, pescadores e extrativistas. Ao todo, o Cimi reconhece a existência de 116 povos indígenas em situação de isolamento voluntário, enquanto a Funai confirma, oficialmente, apenas 28.

Olimpio Guajajara, liderança do povo Guajajara, foi um dos participantes do debate. De acordo com Olímpio, é preciso ter organização para enfrentar esse contexto de violência. “Se não nos organizarmos, os não indígenas vão tomar as nossas terras e vão se apossar, como já vem acontecendo. Estamos com 522 anos de perseguição. Para onde foi toda a riqueza do nosso país que nem um índio vendeu? Fomos abandonados, quase dizimados no nosso país. Até hoje a gente enfrenta essa guerra”.

Outra ameaça enfrentada pelos indígenas livres é o avanço da Covid-19 – ponto também negligenciado pelo governo Bolsonaro. Durante a atividade, foi transmitido um vídeo com a fala de uma liderança da Aldeia São Luís, do Vale do Javari (AM).

“No pico da pandemia de Covid-19, uma equipe de saúde da Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena] foi ao nosso território sem fazer quarentena. Nós ainda não sabíamos como o vírus era transmitido, a aldeia não tinha preparo nenhum. Nesse momento, transmitiram a doença para o nosso povo. Na aldeia não teve mortes, mas parece que tinham explodido uma bomba”, afirmou, em vídeo, a liderança.

“O governo não tinha nenhuma estratégia para nos proteger, então nós começamos a criar as próprias estratégias para não pegar a doença. Tomamos nossa própria medida de controle, de entrada e saída da aldeia, para prevenir. A Funai não tomou iniciativa em nenhum momento”, completou.





**Liderança Guarani Kaiowá fala sobre o contexto de violência sofrido pelos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul**



**Lideranças do Tocantins, do Pará e de Mato Grosso do Sul denunciam atual contexto de violência nos territórios**

## Ataques no Mato Grosso do Sul

Lideranças femininas Guarani e Kaiowá comandaram a mesa “Como os fundamentalismos e racismos religiosos têm afetado a vida dos povos indígenas e do povo de Terreiro”.

Na mesa, Adelaide Lopes, liderança religiosa Guarani Kaiowá, falou sobre o atual contexto de ameaças e ataques sofridos pelo seu povo no estado de Mato Grosso do Sul (MS). A fala de Adelaide foi traduzida para o português por Lucine Guarani Kaiowá, jovem liderança indígena e representante da Kuñangue Aty Guasu – Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá.

“Em nome do meu povo guarani kaiowá, do estado de Mato Grosso do Sul, faço a denúncia de que estamos sofrendo por causa da nossa religião. Os homens brancos estão forçando os próprios indígenas atear fogo em nossas casas de reza. Além disso, gostaria de denunciar também outros ataques e ameaças que estamos sofrendo. A gente usa a nossa reza contra o pistoleiro, usa contra o fazendeiro para não mais passar por esse massacre”, afirmou Adelaide.

“E quero dizer aqui, para todos que estão escutando a minha fala: que possamos usar sempre as nossas pinturas, a nossa cultura, cada um no seu modo de ser. Vim aqui falar sobre isso também para fortalecer para além da minha aldeia”, finalizou.

## Enfrentamento à política anti-indígena

Reunidos na mesa “Povos indígenas e mobilização por seus territórios, diálogo com a ecologia integral e o sínodo da Amazônia”, as lideranças falaram sobre o enfrentamento à política anti-indígena e aos invasores dos territórios indígenas.

Mediada por Eliane Franco, coordenadora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Goiás/Tocantins, a mesa contou com a participação de Auricélia Arapiuns, do Baixo Tapajós (PA), de Adelina Guarani Kaiowá, de Mato Grosso do Sul (MS), e Davi Krahô, de Tocantins (TO).

Em sua fala, Auricélia Arapiuns criticou a postura do atual governo. “Muitas são as estratégias que nossos inimigos estão usando. Nós, que somos filhos da Amazônia, sofremos vários ataques. São ataques às pessoas e aos territórios. Estão matando os defensores da floresta. O governo Bolsonaro conseguiu acabar com a Funai [Fundação Nacional do Índio], não demarcou um centímetro de terra. Ele quer matar a gente de fome, quer tirar nossos territórios, que acabar com a Amazônia. Mas ele não vai conseguir”, afirmou Auricélia.

“Até os territórios que deveriam ser impedidos, por lei, de fazer retirada de madeira e mineração, estão ameaçados. E essa realidade não é só de Santarém [Pará], não é só do Tapajós [Pará]. É uma realidade da Amazônia como um todo”, completou.

## Demarcação Já

O atraso do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 – pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – foi um ponto lembrado pelos participantes da mesa. Segundo Auricélia, na prática, o marco temporal faz parte da realidade dos territórios indígenas do país.

“Não concluem nunca o julgamento do marco temporal, e isso é um dos grandes problemas que temos hoje. Infelizmente, nesse momento de campanha eleitoral, as ameaças aos indígenas e indigenistas vão aumentar. As mortes de Bruno e do Dom, por exemplo, foram pensadas. Foi uma estratégia”, lamentou Auricélia.

Na mesma linha, Davi Krahô, liderança indígena do povo Krahô, do estado de Tocantins (TO), também se pronunciou sobre o adiamento do julgamento pelo STF. “O marco temporal é péssimo para nós, uma vez que, se for aprovado, não teremos mais as nossas terras demarcadas. E, quem tem território demarcado, correrá o risco de perder”.



**Olimpio Guajajara durante marcha de abertura do Fospa 2022, em Belém (PA)**

“O momento agora é de refletir e buscar o que é bom para todos nós. Temos que defender nossas terras indígenas. O nosso território é nossa morada, é nossa mãe. Se não tivermos o nosso território, vamos morrer. Iremos perder nossa língua, nossa cultura, nossa forma de viver, de se alimentar. O território é sagrado para nós”, completou a liderança Krahô.

Adelaide Guarani Kaiowá, liderança do estado de Mato Grosso do Sul, também denunciou os constantes ataques sofridos pelo seu povo em decorrência da não-demarcação de seus territórios. “Quero dizer que tenho uma dor no meu coração pelo genocídio que estamos vivendo no estado de Mato Grosso do Sul. Estou aqui, desesperada, por não termos nossas terras Guarani Kaiowá demarcadas”, afirmou Adelaide durante sua participação na mesa.

## Entenda o RE 1.017.365

No mérito, o Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365, que tramita no STF, trata de um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada – e já identificada – como parte de seu território tradicional.

A terra em disputa faz parte do território Ibirama-Laklanô, reduzido ao longo do século XX. Além dos Xokleng, vivem também no local indígenas dos povos Guarani e Kaingang. Os indígenas nunca deixaram de reivindicar a área, que foi identificada pelos estudos antropológicos da Funai e declarada pelo Ministério da Justiça como parte da sua terra tradicional.

Em 2019, o processo teve sua repercussão geral reconhecida pela Suprema Corte, o que significa que a decisão tomada neste caso servirá como referência para todos os outros processos, julgamentos e decisões envolvendo o tema das demarcações de terras indígenas.

A expectativa dos povos originários é que os ministros do STF se posicionem a favor dos direitos constitucionais indígenas e contra a tese ruralista do “marco temporal”, utilizada para inviabilizar as demarcações de terras indígenas. No momento, o julgamento que foi interrompido após pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes teve um voto favorável aos povos indígenas, proferido pelo relator do caso, o ministro Edson Fachin, e um voto contrário aos direitos indígenas, expresso pelo ministro Nunes Marques.

## Demarcação dos territórios

Durante a atividade “Demarcação dos territórios na Amazônia”, lideranças indígenas Guajajara, Guarani Kaiowá, Cujubim e Puruborá aproveitaram o momento para compartilhar as suas vivências e lutas travadas dentro dos territórios.

Mário Puruborá, liderança do estado de Rondônia, falou sobre a importância de proteger os territórios. “Se não mantermos os territórios, não teremos vida. Esse mundo não viverá 50, 60 anos se não tivermos o cuidado com os territórios indígenas. E onde ainda tem floresta? É justamente em áreas demarcadas, áreas de conservação. Mas mesmo assim o governo está indo até esses lugares e destruindo tudo”, lamentou.

Do Maranhão, Olimpio Guajajara, liderança do povo Guajajara, disse que, apesar de ser de uma terra indígena já demarcada, o território “não sai da mira do governo, da destruição e da ambição do estado brasileiro”. Por isso, Olimpio disse que o seu povo criou a própria estratégia de proteção dentro do território.

“Nós, Guajajara, decidimos que nós mesmos quem iremos tomar conta do território. Por isso, os Guardiões da Floresta foi criado. Criamos esse grupo e discutimos como iria funcionar os trabalhos. E o trabalho dos guardiões é exatamente guardar e preservar os nossos conhecimentos, a nossa cultura, as nossas tradições, o nosso modo de viver. Nós conseguimos nos unir e mostrar que o nosso trabalho é importante a nível mundial. Queremos minimizar os impactos climáticos do planeta, permitir que o planeta respire um pouco”, explicou.

## Terras Indígenas não demarcadas

Logo após o encerramento das partilhas, Francesc Comelles – Chiquinho –, missionário do Cimi – Regional Norte I apresentou o livro “Terras indígenas não demarcadas: Amazonas e Roraima”.

A publicação é resultado de um amplo processo participativo e tem como objetivo resolver essa lacuna nos registros sobre territórios indígenas nos estados do Amazonas e de Roraima. Pouco se sabe sobre esses territórios ocupados por indígenas, além de que lhes falta a documentação necessária para que o Estado e a sociedade brasileira os reconheçam como de posse dos povos originários. A própria Funai não possui as devidas e completas informações sobre essas terras.

Essa ausência de informações contribui com a invisibilidade tanto das terras como de seus habitantes, aprofundando preconceitos e discriminação. Por não possuírem o reconhecimento de seus territórios, são tratados como se não fossem indígenas.

Assim, na intenção de contribuir com informações precisas e concretas sobre essa realidade, o Cimi – Regional Norte I desencadeou um processo de levantamento das terras indígenas que ainda não estão demarcadas, mas que se encontram em alguma das etapas do processo demarcatório definido pelo Estado brasileiro, na Constituição Federal de 1988.

## Carta final

A décima edição do Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa) divulgou a carta final do evento. No documento “Declaração Pan-Amazônica de Belém”, foram elencados 35 pontos relacionados aos obstáculos enfrentados, atualmente, por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, negros e defensores dos direitos humanos e da natureza.

Ao final da carta, o Fospa se comprometeu em continuar “a tecer alianças com diferentes movimentos sociais ao redor do mundo a fim de expandir ações para superar a crise humanitária, ambiental e climática, e para influenciar órgãos governamentais internacionais a adotarem políticas que sejam consistentes com este propósito global”. ♦



## CAUSOS E CASOS

## Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

## Atuação transformadora da Opan-Cimi na Amazônia Ocidental

Por Egidio Schwade

**E**m 1975, a Operação Anchieta (Opan) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) já atuavam na Amazônia Ocidental com o apoio das Prelazias e Dioceses. Localizaram, ao longo dos rios Mamoré-Madeira, Purus e Envira, mais de 50 “restos” de povos indígenas esmagados por seringalistas, madeireiros e pelos novos donos, os “paulistas”, estes levados à Amazônia pelo programa de Incentivos Fiscais da Ditadura Militar.

Veja a mentalidade a respeito do índio nesta dissertação de aluno que me foi entregue em 1970 por uma professora de Guajará-Mirim/RO: “O índio e a onça – Na selva brasileira há dois animais despertados: o índio e a onça. Um vê o outro, põe-se a lutar. Nessas lutas sempre quem perde é a onça. Suas lutas são violentas e perigosas. O índio vence por ter raciocínio. Além da força, tem as armas.” (Fac-símile)”.  
 O Regional Cimi da Amazonia Ocidental – que compreendia os estados de Rondônia, Acre e as Prelazias de Humaitá e Lábrea, no Sul do Amazonas – era então uma enorme região onde a Igreja não possuía trabalho fixo junto aos povos indígenas antes da presença da Opan-Cimi.

A partir de 1970, a Opan, que então era formada de missionários leigos, passou a localizar e iniciar uma presença “encarnada” na realidade desses povos, segundo as orientações do Concílio Vat. II, e a partir de 1972, com a criação do Cimi, passou a trabalhar em união com este.

Em janeiro de 1976, como secretário executivo do Cimi-Nacional, subi o Alto Purus, com o Pe. Paulino Baldassari, vigário de Sena Madureira, para fazermos os primeiros contatos com os povos indígenas daquela região, visando o início da presença de equipes da Opan-Cimi junto a aqueles povos.

A noite estava um luar lindo e Pe. Paulino e Áureo, o condutor do barco, resolveram prosseguir a viagem até o sítio do Pernambuco. Chegamos lá pelas 10:00 hs da noite. Havia no porto um rebojo muito forte e o Áureo, para segurança, não encostou de primeira. Na segunda tentativa, antes de encostar falou alto: “Quenta o baque!”.

Marlene Ossami e eu estávamos no meio do barco de pé e caímos por cima do banco. Na proa estava o Áureo, Pe. Paulino e Marta Callovi, da Opan-TVC (Técnicos Voluntários Cristiani). Com o baque, Marta caiu nas águas revoltas do rio. Áureo no mesmo instante, largou o leme, dizendo apenas:

“Padre, segura!” – e mergulhou nas águas atrás de Marta. Em menos de um minuto voltou dali com a Marta sã e salva.

No mesmo ano de 1976, todos os bispos da região já haviam aderido ao trabalho do Cimi-Opan, menos o da Prelazia de Cruzeiro do Sul, que chegou a negar a existência de índios em sua Prelazia para evitar a presença do Cimi. Teve até uma “elegante” maneira de advertir as pessoas da Opan e do Cimi que lhes foram propor um trabalho junto aos índios: a primeira iniciativa para com os missionários(as) visitantes era apresenta-los no quartel. Uma sutil advertência de que ali o poder militar e eclesiástico agia de comum acordo! Foi assim que o bispo recebeu Arlindo Leite da Opan e a coordenadora do Regional, Doroti Alice Müller.

Sabíamos da existência de índios na Prelazia por diversas fontes, inclusive, por meio de um dos padres da mesma que já participava das reuniões do Cimi e ainda através de um livro de autoria do próprio bispo onde falava dos índios aos alemães, doadores de recursos para a Prelazia. Diante disso, tomamos a iniciativa, em 1976, de “invadir” a Prelazia de Cruzeiro do Sul.

Acompanhado de dois membros da Opan, Edna de Souza e Zé Caxias e com o apoio logístico do Pe. Paulino Baldassari, de Sena Madureira, subimos o rio Purus e, de lá, numa caminhada de sete dias por “estradas de seringa”, chegamos até o rio Envira, já na Prelazia do Cruzeiro do Sul. Devido a violência reinante no Rio Envira naquele momento, principalmente da parte das novas empresas paulistas que estavam instalando no rio, achei por bem nos dividirmos. Enquanto eu prosseguia a viagem sozinho, subindo o rio num barco de “marreteiro”, os dois jovens da Opan desceram o rio rumo a Feijó.

Fui tomando contato com pequenas comunidades de Kaxinauá e Madiha e com os seringueiros, igualmente perseguidos e despojados de seus direitos. Fui ouvindo a violência extrema, principalmente que estava sendo cometida contra os Kaxinauá, frente um personagem conhecido como Pedro Biló, que contava ostensivamente ter matado mais de 3000 Kaxinauá. No seringal Califórnia, celebrei missa. As intenções de missa da população foram unânimes pela libertação do Pedro Biló, segundo eles, “o grande benfeitor das comunidades do Envira”, que havia sido preso, diziam, pela Funai e levado para Rio Branco. Ao final da missa

as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena. Egon Heck e Egidio Schwade relatam casos e casos com propriedade, pois, desde

A coluna “Causos e Casos”, iniciada na edição de abril de 2021, é um especial dos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egidio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indígena a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Egidio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a

atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo

os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

corria um zum-zum-zum: “Biló, Biló está chegando”. Todo mundo corre ao porto, inclusive eu. Quando ali cheguei, de fato, lá estava o Pedro Biló desembarcando. A prisão fora apenas uma farsa.

Alguns meses depois desta viagem, com os dados da existência de pelo menos dois povos indígenas neste rio: os Kaxinauá e os Madiha (Kulina), Doroti Alice Müller, da Opan-Cimi, juntamente com Giovanni Cantu, da TVC no Brasil, ligada à OPAN, se ofereceram “como catequistas” ao Pe. Vigário de Feijó, responsável daquela Prelazia pela pastoral no rio Envira, para acompanhá-lo em uma viagem de “desobriga”.

Assim, fazendo o serviço de catequese e secretaria, anotando batizados e casamentos, discretamente e com segurança, conseguiram completar o levantamento dos índios naquele rio, até os Kampa ou Ashanika, na fronteira com o Peru.

Encontraram situações muito aflitivas. Como a dos Kampa (Ashanika) e Madiha, escravos do Projeto de Desenvolvimento Novo Oeste, do Grupo Atlântica Boa Vista. Para poderem ter uma presença real, era preciso resgatá-los da fazenda e devolvê-los às aldeias. Giovanni, da TVC-Opan, ofereceu-se para este arriscado trabalho. Já no mês

seguinte, apresentou-se como peão aos administradores da fazenda, amigos do Pe. vigário de Feijó, imaginando que Giovanni daria continuidade à catequese iniciada por ele.

“Quanto mais convivo com o povo, mais percebo que o Cristo se apresenta na História de uma maneira formidável. Conviveu como qualquer. Pregou a boa nova como UM e morreu como um de “nós”, um líder, uma força que atrai. Uma ressurreição que muda de VIDA. Tudo isso, para nos dizer que estrutura nenhuma salva, pode ao máximo abrir (ou fechar) as ideias, pode nos ajudar na nossa escolha, mas o importante é a fé. É a nossa maneira de viver junto ao povo, a nossa maneira de se encarnar no povo. Enquanto nós vemos o povo, uma “coisa” longe ou uma coisa diferente de nós, estamos muito longe da vida do Cristo. O Cristo viveu sem diferença nenhuma com o seu povo, quando começou a falar (palavra = vida pública) disseram: “mas este homem não é o filho de Maria? Não é ele o carpinteiro? Não é ele um de nós?”. Sim, querida Doroti, sempre mais, estou percebendo que a nossa vida vale alguma coisa como presença se vivermos junto ao povo, “como o povo”. E como São Paulo diz: “Me fiz judeu com os judeus, romano com os romanos, pobre com os pobres, trabalhei para me sustentar, para não ser de “peso” de ninguém. Termine aqui minha carta, espero receber suas notícias, se não logo já – já. Saudações e abraços a todos aí no Sul, Caxias e P. Alegre, lembrança especial para o nosso Antônio. (Antonio Brand, coordenador da Opan). Mais nada, aquele abraço em Xto..... Ciao Tehan Giovanni”

Em um ano de permanência na fazenda, Giovanni conseguiu resgatar todos os Ashanika da Fazenda. De volta à aldeia, a Opan começou a marcar presença permanente junto a este povo, no Alto Envira. Enquanto isto, Doroti, fez o levantamento do Médio Madeira e afluentes, na Prelazia de Humaitá. E de todo o Rio Purus e afluentes, localizando os remanescentes dos povos indígenas, e dando a primeira notícia de pelo menos três povos isolados nesta região.

*Egidio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.*

